



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA BRUNA DA SILVA SIQUEIRA

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE MONTEIRO-PB
SOBRE A NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS E SEUS POTENCIAIS REFLEXOS NO
PROCESSO DE GESTÃO NO ANO DE 2017.**

MONTEIRO - PB

2017

MARIA BRUNA DA SILVA SIQUEIRA

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE MONTEIRO-PB
SOBRE A NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS E SEUS POTENCIAIS REFLEXOS NO
PROCESSO DE GESTÃO NO ANO DE 2017.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Cristiane Gomes da Silva.

MONTEIRO-PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S618p Siqueira, Maria Bruna da Silva.

A percepção dos contadores da cidade Monteiro-PB sobre a NBC TG 1000 (R1) [manuscrito] : contabilidade para pequenas e médias empresas e seus potenciais reflexos no processo de gestão no ano de 2017 / Maria Bruna da Silva Siqueira. - 2017.

65 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2017.

"Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Pequenas e médias empresas. 2. Contabilidade empresarial. 3. Legislação contábil. I. Título.

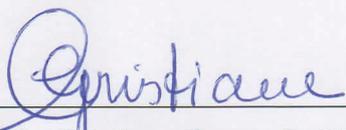
21. ed. CDD 657.1

MARIA BRUNA DA SILVA SIQUEIRA

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE MONTEIRO-PB
SOBRE A NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS E SEUS POTENCIAIS REFLEXOS NO
PROCESSO DE GESTÃO NO ANO DE 2017.**

Aprovado em 03 de Agosto de 2017.

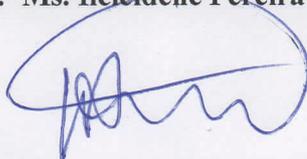
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof.^a Ms. Cristiane Gomes da Silva, UEPB - Orientadora



Prof.^a Ms. Ilceidene Pereira de Freitas- UEPB



Prof. Esp. Wilton Alexandre de Melo - UEPB

A minha mãe Maria José e ao meu pai João Alves, a minha tia Cícera, o meu noivo Emanuel Filho e aos meus irmãos Brena Siqueira e Bruno Siqueira, dedico este trabalho com o mesmo amor e carinho que sempre me dedicaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus todo poderoso por realizar maravilhas em minha vida e Santo é o seu Nome. Sem ele, não seria possível estar aqui neste momento redigindo o capítulo mais importante de minha tão recente história acadêmica. Nos momentos de maior dificuldade foi a ele que recorri, assim como agora retorno a agradecer.

De modo especial, à minha família. Aos meus amados pais, Maria José e João Alves, que são as pessoas mais importantes do mundo, agradeço por todo incentivo e dedicação e que com seu amor incondicional me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje e são os meus maiores exemplos. A minha irmã Brena Siqueira, o meu irmão Bruno Siqueira e minha querida tia Cícera, que sempre torceram por mim.

Ao meu noivo Emanuel Filho por toda paciência, confiança e torcida pelas minhas conquistas.

Aos colegas de turma da UEPB que dividiram os seus conhecimentos e experiências, favorecendo à nossa aprendizagem, em especial a minha amiga e companheira nessa jornada Máisa Heleni.

À minha querida amiga Fabiana Machado, pessoa iluminada pelo Espírito Santo, que me deu forças para alcançar essa conquista.

Dedico um parágrafo especial de agradecimento a minha orientadora Prof. Ms. Cristiane Gomes, que desde o primeiro momento em sala de aula como minha professora, senti o desejo de ser orientada por ela; pois a sua competência profissional e o amor com que trata as pessoas me cativaram. MUITÍSSIMO obrigado pela paciência e pelas as contribuições fornecidas, as quais valorizaram grandiosamente o conteúdo deste trabalho.

A esta Universidade e ao corpo docente do curso de ciências contábeis, que contribuíram para a minha formação.

Aos professores integrantes da banca, pelas contribuições relevantes para o aprimoramento deste trabalho.

A todos que colaboraram de alguma forma para realização desta pesquisa, principalmente os contadores de Monteiro-PB que forneceram os dados.

Os que esperam no senhor, renovarão as suas
forças, subirão com asas como águias, correrão e
não se cansarão, caminharão e não se fatigarão.

Isaías 40:31

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar a percepção dos contadores da cidade de Monteiro/PB sobre a NBC TG 1000(R1) - Contabilidade das Pequenas e Médias Empresa e os seus potenciais reflexos no processo de gestão no ano de 2017. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi à pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, conduzida por meio de uma análise bibliográfica e de um levantamento aplicado aos profissionais de contabilidade do município. Após realizada a pesquisa, os estudos revelaram um percentual significativo de profissionais que desconhece normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e ainda foi detectado o mesmo percentual com relação ao conhecimento do conteúdo que a norma apresenta, percentuais esses preocupantes, pois a norma foi editada através da Resolução nº 1.255/09 com vigência desde 1º de janeiro de 2010, aprovando mudanças expressivas na área de Pequenas e Médias Empresas na qual adentra num contexto do processo de convergência da contabilidade brasileira ao modelo internacional iniciado com as empresas de capital aberto ou de grande porte. Ressalta-se que esses valores podem ser justificados pela grande maioria dos profissionais pesquisados não participarem de capacitações voltada para a referida norma, e conseqüentemente, tornando-se assim um profissional desatualizado frente a um cenário cada vez mais competitivo. Ressalta-se com relação aos reflexos positivos no processo de gestão, a maioria dos respondentes afirmaram que adquiriram esse conhecimento através da norma NBC TG 1000 (R1)), vale salientar que um resultado meio contraditório, pois como já mencionado acima a maior parte desconhecem à adequação das exigências da referida norma aplicada as pequenas e médias empresa. Por fim percebeu-se, um percentual significativo de profissionais que desconhecem quais empresas são abrangidas segundo a NBC TG 1000 (R1), mostrando-se um fragilidade de conhecimento ligado a legislação específica para as pequenas e médias empresas de maneira geral.

PALAVRAS-CHAVES: Pequenas e Médias Empresas. Convergência. NBC TG 1000 (R1).

ABSTRACT

The present research had the objective of identifying the perception of the accountants of the city of Monteiro / PB on NBC TG 1000 (R1) - Accounting of Small and Medium Enterprises and its potential reflections in the management process. In order to reach the proposed objective, the methodology used was the descriptive research, with qualitative and quantitative approach, conducted through a bibliographical analysis and a survey applied to accounting professionals of the municipality. After conducting the research, the studies revealed a significant percentage of professionals who do not know standards, interpretations and technical announcements in a convergent way with the International Accounting Standards issued by the IASB and the same percentage was also detected in relation to the knowledge of the content that the standard presents , Since the standard was published through Resolution No. 1,255 / 09 effective January 1, 2010, approving significant changes in the area of Small and Medium Enterprises in which it enters in a context of the process of convergence of Brazilian accounting to the model With public or large companies. It should be noted that these values can be justified by the great majority of professionals surveyed do not participate in training aimed at the referred norm, and consequently, thus becoming an outdated professional in the face of an increasingly competitive scenario. Most respondents stated that they acquired this knowledge through the standard NBC TG 1000 (R1), it is worth mentioning that a result that is somewhat contradictory, since, as mentioned above, most of them do not know To the adequacy of the requirements of that standard applied to small and medium-sized enterprises. Finally, it was noticed a significant percentage of professionals who do not know which companies are covered according to NBC TG 1000 (R1), showing a fragility of knowledge linked to specific legislation for small and medium-sized enterprises in general.

KEYWORDS: Small and Medium Enterprises. Convergence. NBC TG 1000 (R1).

LISTA DE QUADROS

Quadro1-Cronograma com alterações conforme à Lei 11.638/07.....	23
Quadro 2- Histórico da IFRS para PMEs.....	34-35
Quadro 3 –Impactos da adoção das IFRS voltadas para a contabilidade das PMEs.....	35-36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição por região das 100 PMEs que mais crescem no Brasil32-33

Tabela 2- Distribuição e Crescimento das PMEs por região.....33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa etária dos respondentes.....	41
Gráfico 2- Gênero dos respondentes.....	42
Gráfico 3 – Formação profissional dos respondentes.....	43
Gráfico 4 – Tempo de atuação no mercado dos respondentes.....	44
Gráfico 5 – conhecimento dos respondentes sobre a Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - contabilidade para pequenas e médias empresas.....	45
Gráfico 6 - Conhecimento dos respondentes sobre o conteúdo da NBC TG 1000(R1)	46
Gráfico 7 – Participação em capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma NBC TG 1000(R1)	47
Gráfico 8 – Principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000 (R1)	48
Gráfico 9- reflexos positivos no processo de gestão através da NBC TG (R1)	49
Gráfico 10 – Demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas de acordo com a NBC TG 1000 (R1)	50
Gráfico 11 - Objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com a NBC TG 1000(R1)	51
Gráfico 12 – Benefícios gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção de práticas contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1)	52
Gráfico 13 – receptividade dos clientes dos escritórios em relação a NBC TG 1000 (R1)	53
Gráfico 14-empresas abrangidas pelas disposições legais da NBC TG 1000(R1)	54

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BCB-Banco Central do Brasil

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

DOAR-Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

EUA- Estados Unidos da América

FASB- Financial Accounting Standards Board (Estados Unidos)(Conselho de Normas Contábeis e Financeiras)

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IASB - *International Accounting Standards Board*(Conselho de Normas Contábeis Internacionais)

IASC- *International Accounting Standards Committee*(Comitê de Normas Contábeis Internacionais, antecessor do IASB)

IASCF-IFRS Foundation (Fundação IFRS)

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFRS - *International Financial Reporting Standard*(Normas Internacionais de Relatório Financeiro)

NBC TG - Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais

NBC TG 1000 (R1)-Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequenas e Médias Empresas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESCAP- Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

SRF - Secretaria da Receita Federal

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

TRI-Teoria de Resposta ao Item

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.2 OBJETIVOS.....	4
1.2.1 objetivo geral.....	4
1.2.2 objetivos específicos.....	4
1.3 JUSTIFICATIVA.....	4
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS AO PADRÃO INTERNACIONAL. .	4
2.2 NBC TG 1000(R1).....	4
2.3 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	4
3 METODOLOGIA.....	4
3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA.....	4
3.1.1. Quantos aos objetivos.....	4
3.1.2 Quanto aos procedimentos.....	4
3.2 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	4
3.3 QUANTO AO MÉTODO.....	4
3.4 QUANTO AO INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS.....	4
3.5 UNIVERSO DA PESQUISA.....	4
3.6 QUANTO A FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	4
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	4
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	4
4.2 PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES ACERCA DA NBC TG 1000 (R1).....	4
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	4
REFERÊNCIAS.....	4
APÊNDICE.....	4

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Aparentemente a década que conduziu o ano de 1929 foi um período satisfatório, marcado pelo final da guerra de 1919, que impulsionou uma explosão de investimentos refletindo em todos os setores. Salientando que as taxas de desemprego chegaram a 3,3 % e os volumes médios negociados na bolsa de Nova York quadruplicaram de 1922 à 1929. No entanto, esse momento de apogeu na economia americana durou apenas dois meses, porém de forma drástica veio à grande depressão, que nem os dados estatísticos conseguiram descrever, ocasionada pela quebra da bolsa de valores de Nova York nos EUA expandindo-se por todo mundo. Contudo um dos principais motivos atribuídos foi a falta de uniformidade das práticas contábeis. Uma vez que essas poderiam ser manipuladas a fim de não evidenciar a correta representatividade das informações que eram prestadas aos investidores. Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de princípios e normas que regularizassem os padrões a serem utilizados e garantissem a confiabilidade e transparência das informações (HENDRIKSEN E VAN BREDÁ, 2014).

Nesse sentido, diante da grande importância das informações contábeis, dirigentes e órgãos de vários países da Europa e Estados Unidos chegaram a concepção, que não seria conveniente que cada um ficasse restrito com práticas contábeis próprias e diferentes entre si; de modo consequente dando continuidade as incertezas nas negociações. Portanto, com a finalidade de minimizar as discrepâncias das informações, mais de cem países resolveram adotar o padrão

das normas internacionais de contabilidade IFRS (Normas Internacionais de Relatório Financeiro) elaboradas pelo IASB (Conselho de Normas Contábeis Internacionais) instituído em 2001.

Diante desse cenário, a entrada do Brasil no processo de convergência foi marcado pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC) através da resolução CFC N° 1.055/05, e a aprovação das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009; alterando e regulando dispositivos da lei 6.404/1976 com modificações importantes nas sociedades anônimas, como também enquadrando as empresas de grande porte (GRANHA,2014).

Com a visão de engajar todas as empresas independentemente de seu porte, em 2009 o IASB publicou as IFRS voltada para contabilidade das pequenas e médias empresas de forma transparente e simplificada; em separado do conjunto das normas internacionais das sociedades de grande porte (GOMIDES, RAMALHO E NETO,2016)

Entretanto, as pequenas e médias empresas brasileiras, foram inseridas no contexto de harmonização em dezembro de 2009. Através da aprovação da NBC TG 1000, também convencionada a chamar de CPC PME - Contabilidade para pequenas e medias empresas; por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A referida norma foi homologada pela resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, com vigor desde os exercícios em 1º de janeiro de 2010 (GRANHA,2014).

Segundo Deloitte (2014) as PMEs (Pequenas e Médias Empresas) tem papel significativo no mundo dos negócios, pois praticamente todos os países, não importa o tamanho de sua economia, mais de 99% das empresas têm menos de 50 colaboradores e logo são classificadas como PMEs, sendo 28 milhões de PMEs na União Europeia e 20 milhões nos Estados Unidos. No entanto, o Brasil são cerca de 6 milhões de PMEs, que ao elaborar e publicar suas demonstrações de acordo com o CPC PME, contribuem com a qualidade e comparabilidade das demonstrações financeiras em todo o mundo e usufruem de benefícios como a obtenção de fontes de financiamentos.

Desse modo, ressalta-se a relevância das IFRS para pequenas e médias empresas devido a representatividade destas em contexto mundial; favorecendo a geração de empregos

e contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, as demonstrações contábeis adequadas aos padrões internacionais são capazes de gerar um número maior de informações, conseqüentemente refletindo potencialmente no processo de gestão, propiciando aos usuários, informações úteis e precisas que auxiliarão na correta tomada de decisões.

Nesse cenário, as mudanças na contabilidade advindas da adoção das Normas Internacionais exigem uma mudança de cultura, inclusive, entre os principais envolvidos profissionais contábeis e empresários. Entretanto, ambos precisam estar atualizados para compreenderem que os procedimentos contábeis de acordo com a convergência favorece informações com maior comparabilidade, confiabilidade e transparência; possibilitando uma linguagem harmônica que permitirá a eficiência na comunicação entre usuários nacionais e estrangeiros.

Diante da grande relevância apresentada desse segmento para o país, surge a seguinte questão: **Qual a percepção dos contadores da cidade de Monteiro/PB sobre a NBCTG 1000 (R1)– Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e os seus potenciais reflexos no processo de gestão no ano de 2017?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar a percepção dos contadores da cidade de Monteiro/PB sobre a NBC TG 1000 (R1) e os seus potenciais reflexos no processo de gestão no ano de 2017?

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar a principal barreira para aplicação da NBC TG 1000(R1);
- Verificar se os contadores estão se capacitando para atender as exigências da norma;
- Identificar o entendimento dos contadores sobre o objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com a NBC TG 1000(R1).

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, segundo Bertão (2010), estimasse-se quase seis milhões de organizações que representam aproximadamente 95% do total das empresas brasileiras. Entretanto, baseando-se nos dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas) as PMEs respondem por cerca de 60% do pessoal empregado e 20% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Diante da grande participação ativa desse segmento na economia nacional do país, cria-se a necessidade da adoção de um padrão contábil global objetivando a acessibilidade das demonstrações contábeis a diferentes tipos de usuários interessados em extrair informações para tomada de decisões ligadas a atividade fim das empresas.

Vale salientar que o processo de convergência exige alterações nas práticas contábeis anteriores, alterações essas principalmente em atendimento as autoridades fiscais, onde requer por parte dos profissionais pequenos e médios empresários um esforço para acompanhar e adotar os padrões contábeis internacionais de forma que se espera alcançar uma maior qualidade nas informações geradas e em contrapartida uma expansão positiva no desenvolvimento de suas atividades (MENEZES; LUZ E CARVALHO, 2013)

O presente estudo justifica-se ainda, por estimular a discussão da percepção dos contadores sobre a NBC TG 1000 (R1), embora seja limitada ao universo dos escritórios de Monteiro/PB é de suma importância para os diversos usuários da informação contábil.

Este estudo contribui para o meio acadêmico e profissional por haver ainda pouca disseminação de pesquisas sobre esse tema; permitindo adequar a construção do conhecimento dos acadêmicos do curso de ciências contábeis, profissionais e demais interessados, no que se refere a adoção das novas práticas contábeis advindas das IFRS voltada para pequenas e médias empresas.

No intuito de contribuir com o tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados nos últimos cinco anos, dentre eles, destacam-se os realizados por Santa e Laffin (2012), Pedrosa (2013), Granha (2014), De Sousa (2015), Helmer (2016).

A pesquisa de Santa e Laffin (2012) objetivou caracterizar a importância da contabilidade para as pequenas e médias empresas e evidenciar as contribuições da NBC TG 1000 para a gerência dessas empresas em relação à NBC T 19.13. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, destacando as normas e a importância da informação contábil. Com o intuito de verificar as atualizações das normas, foi realizado um estudo comparativo das normas em questão, que revelou as contribuições da NBC TG 1000 para estas empresas, em função das exigências de um número maior de informações decorrentes do registro e que ampliam os subsídios para a tomada de decisão.

Pedrosa (2013) em seu trabalho, teve como objetivo principal investigar o nível de compreensão dos contadores do Estado da Paraíba em relação à IFRS para PMEs. Observado o exposto, a análise, feita através da TRI, indica que a compreensão dos contadores analisados na amostra não foi considerada satisfatória à compreensão necessária ao demandado pela IFRS para PMES. Esse acontecimento pode ser explicado ainda pelo fato de o processo de convergência demandar além de uma mudança técnica nas normas antes existentes, uma mudança cultural por parte dos contadores. Dos itens discutidos até então, verifica-se uma forte influência da legislação tributária em se compreender os conceitos trazidos pelas IFRS, além do que, o julgamento profissional ainda é considerado desafiador e isso pode ser observado pelos itens mais difíceis, relacionados a reconhecimento de receita.

O trabalho de Granha (2014), objetivou explicar como as empresas de serviços contábeis se adaptaram a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas para a preparação, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de seus clientes. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa utilizou uma abordagem de métodos misto sequencial, sendo inicialmente aplicado um questionário de pesquisa para as 148 empresas de serviços contábeis associadas ao SESCAP-PE obtendo 35 respostas representando a etapa quantitativa do estudo.

Em seguida, entrevistas semiestruturadas baseadas em um roteiro elaborado a partir dos resultados da etapa inicial, foram realizadas com 8 sócios de 7 empresas de serviços contábeis de reconhecida experiência e competência técnica, representando a etapa qualitativa do estudo. Os resultados da etapa inicial da pesquisa evidenciaram que a maioria das empresas pesquisadas não adotam plenamente ou não conhecem a norma. Na segunda etapa da pesquisa, onde se buscou o aprofundamento das questões apontadas na etapa inicial, os resultados revelaram que a adoção da NBC TG 1000 pelas empresas de serviços contábeis ocorreu de forma parcial, sendo utilizadas apenas as seções relativas a elaboração das demonstrações contábeis

De Sousa (2015), teve como objetivo analisar o processo de institucionalização do CPC PME nas empresas prestadoras de serviços contábeis e sua utilização pelas empresas de pequeno e médio porte na cidade de Londrina/PR. Como principais resultados, a análise dos dados apontou que os contadores não possuem um conhecimento amplo das normas do CPC PME, todavia, todos participaram de cursos e treinamentos sobre a norma nas entidades da categoria. Um ponto observado como fator inibidor para adoção das novas práticas é a sobrecarga de trabalho com que os contadores se confrontam e os prazos relativamente curtos para o cumprimento das obrigações. Outro fator que desmotiva a adoção, é que os empresários não percebem o cumprimento e as alterações ocorridas por conta do CPC PME, e não vêem como prioritária a necessidade de se adequar, uma vez que o usuário interno tem mais interesse em informações de fluxo de caixa, lucros e redução dos custos. Entretanto, mesmo sem ter conhecimento sobre as normas, estão utilizando-as parcialmente para tomadas de decisões.

Helmer(2016),teve como objetivo verificar a percepção dos profissionais contábeis diante da adoção da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e médias empresas na cidade de Cacoal - RO. Para alcançar o objetivo, foi elaborado e aplicado questionário a uma amostra de 12 profissionais atuantes nos escritórios de contabilidade. A análise dos dados coletados possibilitou verificar que os principais fatores que dificultam a adoção plena da NBC TG 1000 são: a complexidade do texto da norma e a conseqüente dificuldade de entendimento/compreensão pelos profissionais, pouca oferta que ocasiona a falta de participação em cursos que possibilitem o contato com o aprendizado acerca da norma para posteriormente realizar a aplicação correta, a necessidade de cumprimento das exigências fiscais e a falta de interesse em obter conhecimento por parte dos clientes em relação à importância da utilização das demonstrações contábeis aos usuários na tomada de decisão.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Onde o primeiro capítulo, aborda a contextualização acerca do tema, seguido pela problemática, objetivo geral e específicos e justificativa da pesquisa. O capítulo seguinte, apresenta a revisão da literatura sobre o tema proposto, trazendo a discussão da literatura relacionada a: Convergência das Normas

Contábeis ao Padrão Internacional, NBC TG 1000(R1) e Pequenas e Médias Empresas. No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia empregada na pesquisa. No quarto capítulo, tem-se a análise e discussão dos resultados do estudo. E por fim, as considerações finais e as sugestões para futuras pesquisas seguidas pelas referências utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS AO PADRÃO INTERNACIONAL

A crise na Bolsa de Valores de Nova York em 1929 acarretou grandes prejuízos econômicos e sociais repercutido no mundo inteiro. Tais consequências foram base para se buscar identificar os reais motivos que contribuíram para esse cenário alastrante vivenciado nessa época. Motivos esses, que impulsionaram a criação de mecanismos para superar essa depressão, onde membros do governo dos Estados Unidos, Congressistas daquele país, administradores, auditores, analistas de crédito e do mercado de ações e pesquisadores acadêmicos, acordaram que seria importante uma linguagem homogênea na contabilidade em termos internacionais; através de um reposicionamento na regulamentação governamental e na normatização contábil voltada para elaboração das demonstrações financeiras (LEMES E CARVALHO, 2010).

Diante do cenário da busca por uma harmonização contábil (GRANHA, 2014, p.27), também salienta:

Muitos são os fatores que impulsionaram os órgãos reguladores e os organismos internacionais na busca por uma forma de harmonização da contabilidade, tais como: a livre movimentação de capitais entre os países, os excedentes de poupança em nível mundial, os processos de privatizações, fusões, incorporações e aquisições, a criação de “joint ventures” entre empresas de diferentes países, a busca de recursos via mercado de capitais ou via agentes financeiros no mercado bancário, dentre outros.

Nesse sentido, com o intuito de reduzir as discrepâncias informacionais entre os envolvidos, um consenso favorável foi criado no sentido de constituir uma harmonização de padrões contábeis que possibilitasse um trâmite de comunicação e comparabilidade entre as informações, ou seja, uma harmonização que buscasse preservar as particularidades de cada país, mas que permitisse a adequação das normas contábeis de diversos países em conformidade com padrões previamente adotados (NIYAMA, 2008).

Nesse contexto de harmonização, com o objetivo de diminuir as disparidades das informações, o Brasil procurou adotar o processo de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade.

Diante desse cenário, o processo de convergência no Brasil iniciou-se com a constituição do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) órgão autônomo, criado em 7 de outubro de 2005 pela Resolução CFC Nº 1.055/05, sendo idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos de seis entidades: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Sua constituição se deu em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, da centralização da emissão de normas dessa natureza e, representação e processo democrático na produção dessas informações.

Segundo a resolução que o criou o CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de procedimentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando a centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais(CPC,2005).

Entretanto, o CPC é responsável pela convergência das normas contábeis brasileiras em consonância com as IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) emitidas pelo IASB. Composto por 12 membros, sendo dois membros não remunerados de cada entidade representativa; ainda assim, pela influência governamental sobre as normas contábeis que este país têm, são convidados a participar dos pronunciamentos os órgãos governamentais: BCB (Banco Central do Brasil), CVM (Comissões de Valores Mobiliários), SRF (Secretaria da Receita Federal) e SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

Nesse cenário de convergência, foi aprovada a Lei 11.638 em 28 de Dezembro de 2007 pelo presidente da República, através do Projeto de Lei (PL) nº3.741/00 após passar sete anos de tramitação na câmara dos deputados (COUTINHO, COUTINHO E SILVA, 2013). Contudo, a referida Lei modifica alguns dispositivos da Lei n ° 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, alterando, criando e excluindo algumas contas do Balanço Patrimonial; além de solidificar a legitimidade institucional do CPC.

Entretanto, visando ao atendimento dessa lei com a previsão de diversas regras durante o ano de 2008, no entanto, o comunicado do Bacen nº 16.669, em 20 do 3 de 2008 divulgou um cronograma com as seguintes alterações:

Quadro1-Cronograma com alterações conforme à Lei 11.638/07

Previsões de prazo de implementação	Mudança requerida pela Lei nº 11.638/2007
Julho/2008	1.Inclusão da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos(DOAR)
Julho/2008	2.Criação de Subgrupo no Ativo Permanente para registro de Ativos Intangíveis
Julho/2008	3.Adequação do conceito e da composição das Reservas de Capital
Julho/2008	4.Adequação do conceito e da composição das Reservas de Lucros, com a inclusão da Reserva de Incentivos Fiscais e da Conta Lucros ou Prejuízos acumulados
Julho/2008	5.Exame dos aspectos relacionados à reavaliação de imobilizados de uso
Julho/2008	6.Avaliação e registro do valor recuperável de ativos

Setembro/2008	7.Adequação do conceito e das contas que compõem o subgrupo Ativo Diferido
Setembro/2008	8. Adequação do conceito e das contas que compõem o subgrupo Ativo Imobilizado
Setembro/2008	9.Operação de Incorporação, fusão e cisão de empresas
Setembro/2008	10.Avaliação de investimentos em coligadas e controladas
Setembro/2008	11.Exame dos aspectos relacionados aos ajustes de avaliação patrimonial
Setembro/2008	12.Contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro
Setembro/2008	13.Atualização de ativos e passivos de longo prazo

Fonte: Adaptado do relatório de análise econômica e financeira (2008)

Todavia, a Lei 11.638/07 com suas alterações acompanhando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nesse processo de convergência, objetivou alinhar as práticas contábeis brasileiras com as internacionais; deste modo, inserir o Brasil no contexto econômico internacional.

Posteriormente a edição da Lei 11.638/07, a Lei nº 11.941/09, conversão da Medida Provisória 449/08, foi aprovada para algumas adequações em relação à normas previstas na lei aprovada em 2007. Adequações essas que objetivaram continuar acompanhando a internacionalização das normas contábeis brasileiras através de novos pronunciamentos editados pelo IASB.

Diante do exposto, vale ressaltar alguns dos principais organismos mundiais, responsáveis pela internacionalização da contabilidade:

- **FASB**-Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira- Surgiu em 1973, entidade independente com a finalidade de emitir padrões internacionais de contabilidade. Seus membros foram auditores, funcionários de grandes corporações mundiais, servidores governamentais e membros da academia. Nesse mesmo ano de sua instituição, foi

criado o IASC pelos europeus que estavam preocupados com a expansão da contabilidade Norte-Americana (SCHIMIDT; SANTOS E FERNANDES,2007).

- **IASC-** Comitê de Padrões de Contabilidade Internacional- foi estabelecido com o objetivo de fornecer normas internacionais de contabilidade. Sua constituição se deu em 1973, através de um acordo feito entre organismos profissionais de contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, países Baixos, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. Convencionado como uma entidade independente, onde faziam parte de sua composição membros com experiência em auditoria, no preparação das demonstrações financeiras, como usuários e também tivesse conhecimento acadêmico; ainda assim, o IASC foi sucedido pelo IASB em 2001(SCHIMIDT; SANTOS E FERNANDES,2007).
- **IASB-**Conselho de Padrões Contábeis Internacionais- é um órgão privado independente instituído em 2001, que investe nos estudos dos padrões contábeis visando oferecer um conjunto de normas contábeis de alta qualidade de forma a auxiliar os diversos usuários na tomada de decisão. Além de promover a adesão da convergência contábil entre as normas locais e internacionais. No entanto, com sede em Londres e Grã-Bretanha; formado por um conselho de membros com representantes de mais de 140 entidades profissionais de todo mundo, incluindo o Brasil sendo representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O IASB têm sua estrutura subordinada à Fundação IASC, formada por 19 curadores que indicam os membros do colegiado do IASB, do colegiado de interpretações e do conselho assessor de padrões (NIYAMA, 2008). Em 2002, criou as IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros), partindo do pressuposto de uma mera harmonização para uma real convergência dos padrões de contabilidade nacionais e internacional (SCHIMIDT; SANTOS E FERNANDES,2007).

Em suma, a doção aos padrões contábeis internacionais introduziram mudanças significativas que aperfeiçoaram a qualidade da informação contábil, proporcionando assim

uma melhor compreensibilidade, confiabilidade e comparabilidade por parte dos diversos usuários dessas informações.

2.2 NBC TG 1000(R1)

O Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.255/09 aprovou a NBC TG 1000, possibilitando mudanças significativas na área de Pequenas e Médias Empresas com um novo padrão específico de registro e evidenciação contábil. A vigência dessa resolução ocorreu em 1º de janeiro de 2010, no qual adentra num contexto do processo de convergência da contabilidade brasileira ao modelo internacional iniciado com as empresas de capital aberto ou de grande porte. Em seguida através do Pronunciamento Técnico PME-Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado em dezembro de 2009 baseado no pronunciamento de IFRS emitido pelo IASB (NEVES e LORANDI, 2014).

Todavia a mencionada norma passa por sua primeira revisão, sendo renomeada NBC TG 1000 (R1) publicada em 1º de novembro de 2016, vigorando no ato de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

De acordo com a referida norma citada acima, são consideradas pequenas e médias empresas aquelas que apresentam as seguintes características:

- (a) não tem obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de Usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito (NBC TG 1000 R1, p.5).

Nesse sentido, o CPC PME restringe de utilizar as IFRS para Pequenas e Médias Empresas as entidades listadas em bolsa e instituições financeiras, ou seja, empresas que são obrigadas de prestar contas ao público.

No Brasil as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de

terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas (CPC PME, 2009,p.6).

Portanto, segundo ainda o referido Pronunciamento, o termo empresas de pequeno e médio porte adotado neste Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Vale salientar, que a Resolução CFC nº 1.255/09 é uma versão simplificada do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Portanto a NBC TG 1000(R1) destinada às PMEs, objetiva adapta-las às normas internacionais e por ser um documento único, simplifica seus procedimentos de contabilidade; para que os profissionais não necessitem recorrer a outros regulamentos para entender o que se pretende.

Entretanto, essa norma está dividida em 35 seções e suas mudanças nas práticas contábeis propicia uma contabilidade transparente, oferecendo aos diversos usuários informações úteis às decisões gerenciais (GOMIDES, 2016). O alcance de cada uma das seções está exposto de forma resumida, a seguir:

Seção 1 – pequenas e médias empresas: Expõe as características das pequenas e médias empresas(PME's).

Seção 2 –conceitos e princípios gerais: relata o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas e as características qualitativas. Além de definir os conceitos e princípios básicos que suportam as demonstrações contábeis.

Seção 3- apresentação das demonstrações contábeis: especifica a adequada apresentação das demonstrações contábeis; as exigências em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) e o que é um conjunto completo dessas demonstrações.

Seção 4-Balanco patrimonial: determina quais informações devem conter no balanço patrimonial.

Seção 5-demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente: designa as informações apresentadas na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, e como essas informações devem ser apresentadas.

Seção 6-demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados: estabelece os requisitos de elaboração das mutações no patrimônio líquido da entidade para um período, tanto na demonstração das mutações do patrimônio líquido quanto, caso condições específicas forem atendidas e a entidade opte, na Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

Seção 7-demonstração do fluxo de caixa: define quais informações devem ser apresentadas na demonstração do fluxo de caixa e como as mesmas devem ser apresentadas.

Seção 8-notas explicativas as demonstrações contábeis: refere-se sobre os princípios subjacentes às informações que devem ser apresentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Seção 9- demonstrações contábeis consolidadas e separadas: Descreve as circunstância para as quais a entidade em consonância com esta norma, deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas e os procedimentos para elaboração dessas demonstrações. Como também propicia orientações para elaboração de demonstrações contábeis separadas e combinadas.

Seção 10- Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: oferece orientações para a escolha e aplicação das políticas (práticas) contábeis; bem como inclui, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros de demonstrações contábeis relativos a períodos anteriores.

Seção 11 e 12- instrumentos financeiros básicos e outros instrumentos financeiros: A seção 11, aplica-se a instrumentos financeiros básicos e é relevante a todas as entidades. Enquanto a seção 12, é aplicável a outros instrumentos financeiros e transações financeiras mais complexas. Salienta-se que, mesmo aquelas entidades operando com instrumentos financeiros básicos, devem considerar a seção 12 para comprovar de que são isentas.

Seção 13-Estoques: refere-se as práticas para o reconhecimento e mensuração de estoques.

Seção 14-investimento em controlada e coligadas: contabilização de investimentos em operações de entidades coligadas nas demonstrações contábeis consolidadas e nas demonstrações contábeis de investidor que não é o principal investidor, mas que tem investimento em uma ou mais coligadas.

Seção 15- investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture) – Trata da contabilização de joint ventures nas demonstrações contábeis consolidadas e nas demonstrações contábeis do investidor que não é o controlador, mas que tem participação em uma joint venture.

Seção 16- propriedade para investimento: aplica-se à contabilização de investimentos em terrenos ou edificações classificados como propriedade para investimento; que são aquelas propriedades mantidas pelo proprietário ou arrendatário para gerar renda com alugueis e valorização do capital. Entretanto destina-se apenas a propriedade para investimento, cujo valor justo possa ser mensurado de maneira confiável, sem custo ou esforço excessivo e de forma contínua. Não aplicando-se a propriedade utilizadas para produção de bens e serviços, fins administrativos ou venda no curso normal do negócio.

Seção 17-Ativo imobilizado: especifica a contabilização do ativo imobilizado mantidos para uso na geração de bens e serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos; e que se espera uma duração superior a um período para ser utilizados. Incluindo também propriedade para investimento.

Seção 18-ativos intangíveis, exceto ágio (goodwill):menciona a contabilidade para todos os ativos intangíveis, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Seção 19-combinações de negócios e ágio: refere-se à combinação de negócios e do ágio tanto no momento da combinação de negócio, quanto nos momentos subsequentes. A combinação de negócios é a união de entidades ou negócios separados em uma única entidade.

Seção 20 - arrendamentos: Aborda todos os arrendamentos mercantis. Exceto: arrendamentos para exploração ou uso de recursos minerais e outros recursos não regeneráveis; contratos de licenciamento em consonância com a seção 18; mensuração de propriedade mantida por arrendatários contabilizada como propriedade para investimento e

propriedade fornecida por arrendadores por meio de arrendamentos mercantis operacionais; mensuração de ativos biológicos para arrendatários(arrendamentos financeiros) ou arrendadores (arrendamentos operacionais); arrendamentos mercantis que possam resultar em perda para o arrendador ou para o arrendatário; e arrendamentos operacionais onerosos.

Seção 21-provisões, passivos contingentes e a ativos contingentes: abrange todas provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Com exceções tais como: arrendamentos mercantis, contratos de construção, benefícios a empregados e tributos sobre o lucro. Ainda assim, não se aplica aos contratos executórios, a não ser que eles sejam onerosos.

Seção 22-passivo e patrimônio líquido: Determina os princípios para classificação de instrumentos financeiros como passivo e patrimônio líquido, bem como aborda a contabilidade para títulos patrimoniais emitidos para partes individuais ou outras partes atuando nas suas posições como investidores em títulos patrimoniais;

Seção 23-receitas: especifica a contabilização de receitas originadas de transações e eventos tais como :vendas de produtos, prestação de serviços, contratos de construção e uso por outros dos ativos da entidade rendendo juros, royalties e dividendos. Entretanto receita ou outro rendimento gerados de outras transações e eventos, não se aplicam a esta seção, porém são tratados em outras seções desta norma.

Seção 24-Subvenção Governamental: explica a contabilização para todas as subvenções governamentais. Subvenções Governamentais tratam-se de assistências pelo governo na forma de transferência de recursos a uma entidade, em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não incluem aquelas formas de assistência governamental que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.

Seção 25-Custos de Empréstimos: Defini a contabilização voltada para os custos de empréstimos. Incluem: Despesas de juros calculada através do método da taxa efetiva de juros, encargos financeiros referentes aos arrendamentos mercantis financeiros e variações cambiais provenientes de empréstimos em moeda estrangeira na extensão em que elas são consideradas como ajustes nos custos dos juros.

Seção 26-Pagamentos baseado em ações: determina a forma de contabilizar todas as transações de pagamento baseado em ações, incluindo aquelas que são liquidadas com

instrumentos patrimoniais ou liquidadas à vista ou aquelas nas quais os termos do acordo permitem a escolha pela entidade para liquidar a transação à vista ou pela emissão de instrumentos patrimoniais.

Seção 27-Redução ao valor recuperável de ativos: aplica-se ao tratamento contábil de redução ao valor recuperável de todos os ativos, exceto: ativos fiscais diferidos; ativos decorrentes de benefícios a empregados; ativos financeiros tratados nas seções 11 e 12; propriedade para investimento mensurada pelo valor justo; ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos os custos estimados para venda e ativos provenientes de contratos de construção.

Seção 28-Benefícios a empregados: descreve a forma de contabilização de todas as formas de remuneração proporcionadas por uma entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados, incluindo diretores e administradores. Contudo, abrange todos os benefícios a empregados; excluindo apenas, pagamento baseado em ações tratado na seção 26. Os benefícios envolvidos nesta seção são os seguintes: benefícios a empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e benefícios de desligamento.

Seção 29-tributos sobre o lucro: aplica-se a contabilização de tributo sobre o lucro. Exigindo que a entidade reconheça os efeitos fiscais, atuais e futuros de transações e outros eventos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Seção 30-Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: especifica como incluir as transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis para moeda de apresentação.

Seção 31-Hiperinflação: seção eliminada.

Seção 32-Evento Subsequente: expõe os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação desses eventos.

Seção 33- divulgação sobre partes relacionadas: determina divulgações necessárias nas demonstrações contábeis da entidade, a fim de evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e patrimonial; e o seu resultado tenham sido afetados pela existência de partes relacionadas e de transações e saldos existentes com tais partes.

Seção 34-atividades especializadas: proporciona orientações sobre a divulgação contábil pelas entidades de pequeno e médio porte no tocante a três tipos de atividades especializadas: agricultura, atividades de extração e concessão de serviços.

Seção 35- adoção inicial desta norma: Aplica-se às entidades que adotarem pela primeira vez esta NBC TG 1000 (R1) - contabilidade para pequenas e médias empresas, independentemente das políticas e práticas contábeis anteriormente adotadas. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade, deve incluir todas as seguintes demonstrações definido pelo item 3.17 desta norma:

- Balanço Patrimonial ao final do período;
- Demonstração do Resultado do período de divulgação;
- Demonstração do Resultado Abrangente do período de divulgação;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período de Divulgação;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de divulgação;
- Notas Explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis Significativas e outras informações explanatória.

Diante desse cenário, é necessário esforço de ambas as partes, ou seja, uma real mudança de cultura em plena convergência; com profissionais buscando atualizações constantes no sentido de acompanhar os padrões internacionais, onde mais de cem países já aderiram as normas internacionais editadas pelo IASB.

Pompilio, Sousa e Dalfior (2016), destacam que existe ainda obstáculos no que se refere aos profissionais para buscar capacitação e treinamentos, como também por parte das empresas para se dispor a atender as exigências requeridas, pois as pequenas e médias empresas ainda encontram dificuldades para a convergência total de suas demonstrações contábeis em consonância com os padrões internacionais.

Para Santa (2012) é com vistas no desenvolvimento das PMEs e sua representatividade na economia do país, favorecendo a geração de empregos que a NBC TG 1000(R1) se faz

necessária; uma vez que, oferece através de seus procedimentos detalhados um número maior de informações, auxiliando na gestão e proporcionando ao pequeno empresário a realidade da empresa e a tomada de decisão.

No entanto, as mudanças ocorridas advindas da convergência, nas normas contábeis brasileiras com ênfase nas PMEs considera-se um grande avanço; pois a aplicação da NBC TG 1000 (R1) na contabilidade das mesmas permitirá aos usuários além do controle do patrimônio, o acompanhamento de sua evolução.

2.3 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As Pequenas e Médias Empresas têm uma significativa relevância socioeconômica para o Brasil, com atuação em diversos setores promovendo a concorrência, a inovação e geração de empregos.

Segundo os dados de pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas (SEBRAE,2014) no PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de serviço, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios. Abrangendo cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País, assim representando mais da metade dos empregos formais, atingindo 27% da participação do PIB (Produto Interno Bruto).

A Revista Deloitte em parceria com a revista Exame, realizou em 2016 uma pesquisa das PMEs que mais crescem no Brasil; classificando 100 para o ranking de maior crescimento. Contudo, as 100 PMEs vencedoras foram classificadas pela capacidade de terem conseguido não apenas inovar diante da atual conjuntura econômica, mas também por ter buscado práticas sustentáveis que fizeram alcançar resultados positivos em sua trajetória. No entanto, estão distribuídas nas seguintes regiões:

Tabela 1-Distribuição por região das 100 PMEs que mais crescem no Brasil

REGIÃO	Nº PMEs
Centro-Oeste e Norte	4
Nordeste	11
Sul	33
Sudeste	52

Fonte: Adaptado da Revista Exame(2016)

As Pequenas e Médias registraram as mais altas taxas de receita líquida, atuando em diversos setores principalmente o familiar e tecnologia da informação (EXAME,2016). Contudo, observa-se a representatividade da Região sudeste com 52 empresas, salientando que 44 estão localizadas em São Paulo. Ainda assim, mostram uma expansão relevante entre os anos (2013-2015) nas regiões em que estão inseridas:

Tabela 2-Distribuição e Crescimento das PMEs por região

	Participação	Crescimento(2013-2015)
São Paulo	44%	23%
Sul	33%	31%
Nordeste	11%	34%
Sudeste (sem SP)	8%	17%
Centro- Oeste e Norte	4%	32%

Fonte: Adaptado da Revista Exame(2016)

Santa e Laffin (2012, p.22) fundamentam:

No conjunto de suas atividades, estas empresas se destacam pelo potencial de se tornar competitivas e contribuir na formação da economia do país. Entretanto, no mercado produtivo e de base capital excludente, é importante uma gestão qualificada do patrimônio, visando os ganhos de escala e sua continuidade.

As PMEs requerem uma contabilidade com maior transparência diante da conjuntura econômica, que possibilite manter-se flexível a dinâmica de mercado, superando os momentos de retenção e progredindo em momentos econômicos oportunos. Entretanto, é indispensável uma contabilidade com ênfase na gestão destas empresas, de forma a impulsionar a economia local e nacional e assim contribuir para o desenvolvimento como todo.

A contabilidade é considerada segundo Marion (2009, p.26), “como a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para a correta tomada de decisões”.

Corroboram Alves *et al.*(2013), a contabilidade têm um papel crucial, uma vez que oferece informações precisas possibilitando a análise e tomada de decisão; dessa forma dando o suporte necessário a empresa. Contudo, ressalta-se a importância de se produzir

informações que proporcione a gestão das situações econômicas e financeiras das pequenas e médias empresas, para garantir sua sobrevivência e crescimento.

De acordo com o SEBRAE (2010), há uma preocupação com o índice de mortalidade de empresas desse porte nos primeiros dois anos de vida, pois aponta como fatores a falta de planejamento na abertura do empreendimento e o controle para acompanhar a expansão de suas atividades.

Nesse contexto, salientando a efetividade dessas empresas no cenário nacional e internacional, órgãos normatizadores de padrões contábeis buscaram desenvolver IFRS para PMEs. Vale ressaltar o histórico dessa evolução, exposto no quadro a seguir:

Quadro 2- Histórico da IFRS para PMEs

Período	Fato relevante
2001	O IASB deu início a um projeto para desenvolver padrões contábeis adequados para PMEs. Um grupo de trabalho composto por especialistas foi instituído para fornecer orientações sobre questões, alternativas e possíveis soluções.
2002	Conselheiros da IASCF (atual IFRSF) manifestaram seu apoio aos esforços do IASB de examinar questões específicas relacionadas a economias emergentes e PMEs.
2003-2004	O IASB desenvolveu opiniões preliminares e experimentais sobre o enfoque básico que seguiria no desenvolvimento de normas contábeis para PMEs.
Junho de 2004	O IASB publicou um documento de discussão definindo e solicitando comentários sobre o enfoque do IASB.
Julho de 2004 / janeiro de 2005	O IASB estudou as questões levantadas através dos comentários fornecidos em resposta ao documento de discussão e decidiu publicar uma minuta para exposição.
Abril de 2005	O IASB percebeu a necessidade de reunir mais informações sobre possíveis modificações dos princípios de reconhecimento e mensuração na IFRS para PMEs. Um questionário foi publicado como ferramenta para identificar possíveis simplificações e omissões.

Junho-outubro de 2005	As respostas ao questionário foram discutidas com o Conselho Consultivo de Normas (atual Conselho Consultivo das IFRSs), o Grupo de Trabalho de PMEs, os órgãos normatizadores internacionais e as mesas redondas públicas.
2006	Discussões e deliberações do IASB sobre a minuta para exposição.
Agosto de 2006	A minuta completa elaborada pelos membros do IASB é publicada no site do IASB para manter o público informado
Fevereiro de 2007	A minuta para exposição foi publicada propondo cinco tipos de simplificações das IFRSs completas, com orientações para implantação e fundamentos para conclusões. A minuta para exposição foi traduzida para cinco idiomas.
Junho de 2007	O questionário de teste de campo foi publicado (em quatro idiomas) no site do IASB.
Março de 2008 / Abril de 2009	O IASB deliberou as propostas a respeito da minuta para exposição, com base nas respostas recebidas à minuta para exposição e os resultados do teste de campo.
Julho de 2009	A versão final da IFRS para PMEs é publicada e entrará em vigor sempre que adotada por um país.

Fonte: Adaptado de Delloite(2014)

Diante esse cenário de representatividade desse segmento tão importante para economia do país, Giroto (2010) apresenta algumas opiniões de profissionais especialistas sobre os impactos da adoção das IFRS voltadas para a contabilidade das Pequenas e Médias Empresas:

Quadro 3 –Impactos da adoção das IFRS voltadas para a contabilidade das PMEs

Juarez Domingues Carneiro Presidente do Conselho Federal de Contabilidade	Essa regulamentação, no âmbito da contabilidade das PMEs, será bastante benéfica para o ambiente econômico brasileiro podendo, inclusive, ajudar na redução da taxa de mortalidade dessas empresas. Pois o padrão IFRS possibilita maior transparência e ajuda na gestão dos negócios.
Amaro Luiz de Oliveira Gomes	O uso das IFRS para PMEs potencializa a tração de capitais e investimentos por utilizar linguagem comum e

Diretor do IASB	permitir a comparação de informações contábeis de maneira ágil.
Artêmio Bertholini e Ricardo Julio Rodil Contadores do grupo SMEIG (grupo que auxilia na implantação das novas práticas, especificamente nas PMEs)	O IASB está ciente de que a adoção dos IFRS, em geral, deve apresentar desafios e dúvidas nas empresas de todos os tamanhos. Porém, há uma preocupação especial com as pequenas e médias empresas. Explicando que essa atenção se deve ao fato das PMEs, normalmente, não terem pessoal suficiente ou treinado para uma efetiva adoção das novas práticas internacionais.
Daniel Liberati Diretor setorial de assuntos contábeis da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)	Possibilitará às Pequenas e médias empresas compreenderem mais adequadamente sua situação econômico- financeira, propiciando maior segurança na comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas de um ano para outro, entre organizações do mesmo mercado ou até entre as de mercado diferentes.
Laiz Teixeira Pontes Contadora atuante do Espírito Santo	Aponta que um dos desafios é buscar o entendimento do pequeno empresário, que com adoção das novas normas deve fornecer mais informações ao seu contador. A relação cliente-contador deve ser intensificada.

Fonte: Adaptado de Giroto(2010)

Vale ressaltar que diante a atual conjuntura de um mercado cada vez mais competitivo, a convergências para os padrões internacionais de contabilidade vem proporcionando uma uniformização dos padrões contábeis, padrões esses capazes de serem confrontados entre empresas do mesmo segmento sediadas em países diferentes e dessa forma proporcionando uma comparabilidade entre as informações de forma a auxiliar na correta gestão e tomada de decisões desse segmento tão importante para a economia de uma país, e garantindo assim a continuidades e desenvolvimento de suas atividades.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA

3.1.1. Quantos aos objetivos

O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva. De acordo com Silva (2006, p.59), as pesquisas descritivas:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. Os dados coletados nesse tipo de pesquisa possuem técnicas padronizadas, como questionário e a observação sistemática.

Este estudo utilizou a pesquisa descritiva pelo fato de busca descrever e relatar sobre a percepção dos contadores da cidade de Monteiro-PB sobre a NBC TG 1000(R1) e os seus potenciais reflexos no processo de gestão, a fim de obter as informações necessárias que contribuam pra o alcance do objetivo proposto.

3.1.2 Quanto aos procedimentos

Os procedimentos utilizados para esta pesquisa engloba todas as etapas percorridas para a realização do trabalho. Nessa situação, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e de levantamento ou Survey.

A pesquisa bibliográfica explica e discute um tema abordado baseando-se na literatura. Ressalta-se como meios a consulta em livros, artigos de periódicos científicos e de anais de

congressos, teses e etc., isto é, tudo o que já foi publicado anteriormente no que se refere a temática estudada. Beuren (2012,p135) salienta que:

As pesquisa bibliográficas ou de fontes secundarias utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado. Consideram-se documentos de fontes secundarias as teses, dissertações, monografias, artigos anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, os boletins de jornais.

Para Beuren (2012) a pesquisa de levantamento ou Survey trata-se de uma coleta de informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tendo-se um censo. Ressalta-se que o levantamento da pesquisa foi realizado através de um questionário aplicado aos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade do município em estudo.

3.2 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Quanto à abordagem do problema, emprega-se a pesquisa qualitativa e quantitativa. De acordo com Gil(2002), análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. Já a pesquisa quantitativa se caracteriza como emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados como no tratamento dos dados, em que o “procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos” (BAUREN, 2012, p. 92). Na análise quantitativa, buscou-se tabular e apresentar os dados coletados em forma de gráficos, por meio de ferramentas do programa Microsoft Office Word e Excel, entre outras informações que justificam a classificação da pesquisa como quantitativa. Já a abordagem qualitativa é utilizada quando se buscou descrever a percepção dos contadores sobre a NBC TG 1000(R1) e os seus potenciais reflexos no processo de gestão.

3.3 QUANTO AO MÉTODO

O método utilizado classifica-se como método indutivo. Que no entendimento de Gil (2008) parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer. A

seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base, na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

Silva (2006, p.34) “A indução parte de registros menos gerais para enunciados mais gerais. Podemos tomar como exemplo a classificação da contabilidade como ciência social”. Entretanto, verifica-se que o método indutivo permite a compreensão dos dados coletados a partir do caso em particular, aonde o pesquisador chega a um entendimento, ou seja, a conclusão em relação ao problema desta pesquisa.

3.4 QUANTO AO INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas de cunho fechado, que caracteriza ao participante a liberdade para responder as perguntas sobre a percepção da NBC TG 1000(R1) e os seus potenciais reflexos no processo de gestão.

O questionário segundo Silva(2006), é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, com relação a variáveis e situações que se deseja medir e descrever. Vale ressaltar, que o questionário utilizado na presente, foi adaptado dos estudos de Menezes et al.(2013) e Helmer (2016).

3.5 POPULAÇÃO DA PESQUISA

O universo da pesquisa é representada por 14 contadores da cidade de Monteiro-PB, com formação profissional de nível superior, técnico e especialização; e que estão ativos junto ao Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

3.6 QUANTO A FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi feita a partir dos dados coletados por meio de levantamento, onde se analisou todo o material obtido durante a pesquisa. Dessa forma quando se fala em

analisar os dados espera-se que se consiga obter as informações necessárias para chegar ao resultado do problema proposto na pesquisa.

Para Beuren (2012, p. 136) “A análise de dados está presente em vários estágios da investigação científica, tornando-se formal após o encerramento do processo de coleta de dados”. Os dados coletados foram tabulados e apresentados em formas de gráficos, por meio de ferramentas do programa Microsoft Office Word e Excel.

Na interpretação dos dados, o pesquisador busca compreender de forma ampla os dados que tabulou e organizou. Bauren (2012, p. 136) “na fase de interpretação dos dados, deverá haver uma correlação dos dados coletados com a base teórica que sustentou a pesquisa”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão descritiva e inferencial dos dados coletados junto aos escritórios de contabilidade do município de Monteiro – PB foram realizadas através dos métodos da estatística descritiva e inferencial com auxílio do Microsoft Excel.

Cumprido salientar que, o tamanho da amostra compreendeu, na ocasião, todos os escritórios de contabilidade do município.

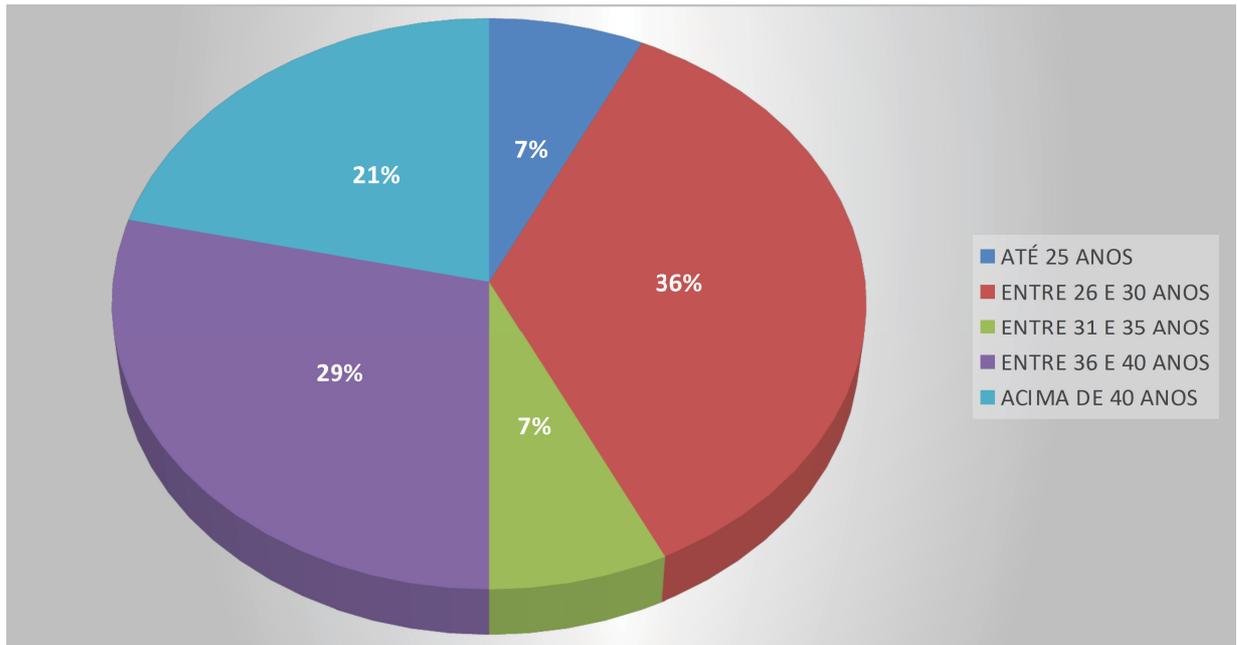
Para melhor compreensão, esta seção foi dividida em duas subseções. Na primeira, buscou-se apresentar as informações acerca do perfil do profissional da contabilidade. Na segunda é evidenciado a parte específica da pesquisa, ou seja, é demonstrado os conhecimentos dos respondentes acerca da NBC TG 1000 (R1).

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Nesta subseção buscou-se conhecer o perfil dos profissionais atuantes nos escritórios de contabilidade no município de Monteiro – PB.

Com relação a faixa etária o gráfico 1 evidenciou:

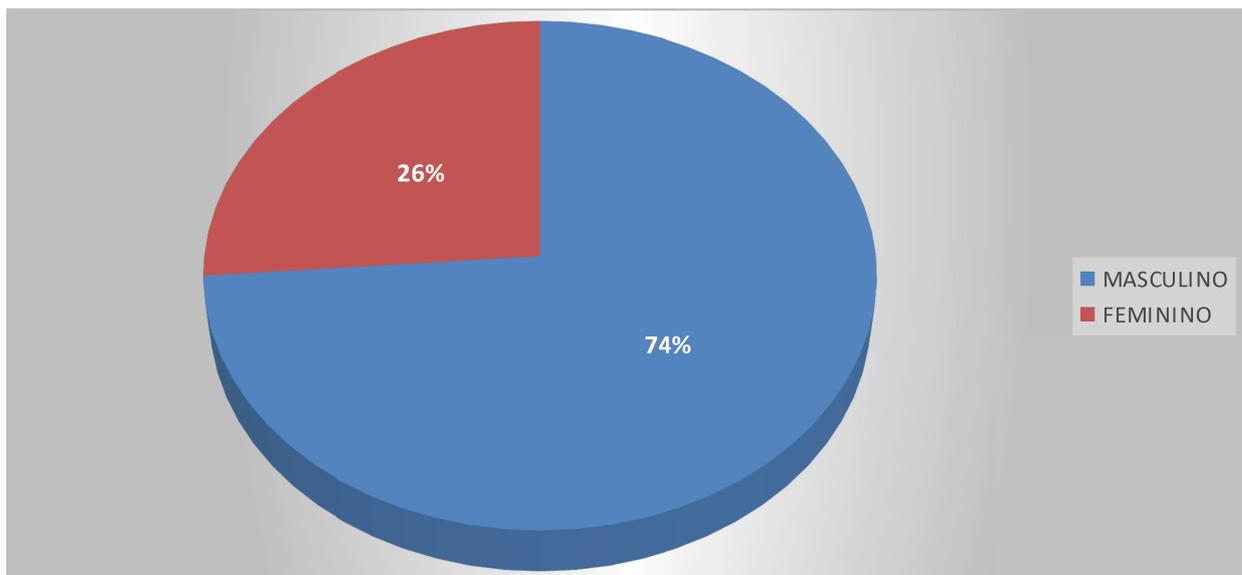
Gráfico 1- Faixa etária dos respondentes



Fonte:Dados da pesquisa 2017

Na análise realizada no gráfico 1 foi possível perceber que 36% dos respondentes se encontram na faixa etária entre 26 e 30 anos, seguido por 29% que estão entre 36 e 40 anos. Percebe-se um percentual significativo de jovens atuando no mercado de trabalho. Segundo CFC (2014), nos últimos cinco anos, houve aproximadamente 170 mil novos registros de profissionais da Contabilidade. Do total de contadores registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cerca de 135 mil estão na faixa etária de até 35 anos. Na análise quanto ao gênero dos respondentes o gráfico 2 abaixo demonstrou:

Gráfico 2- Gênero dos respondentes

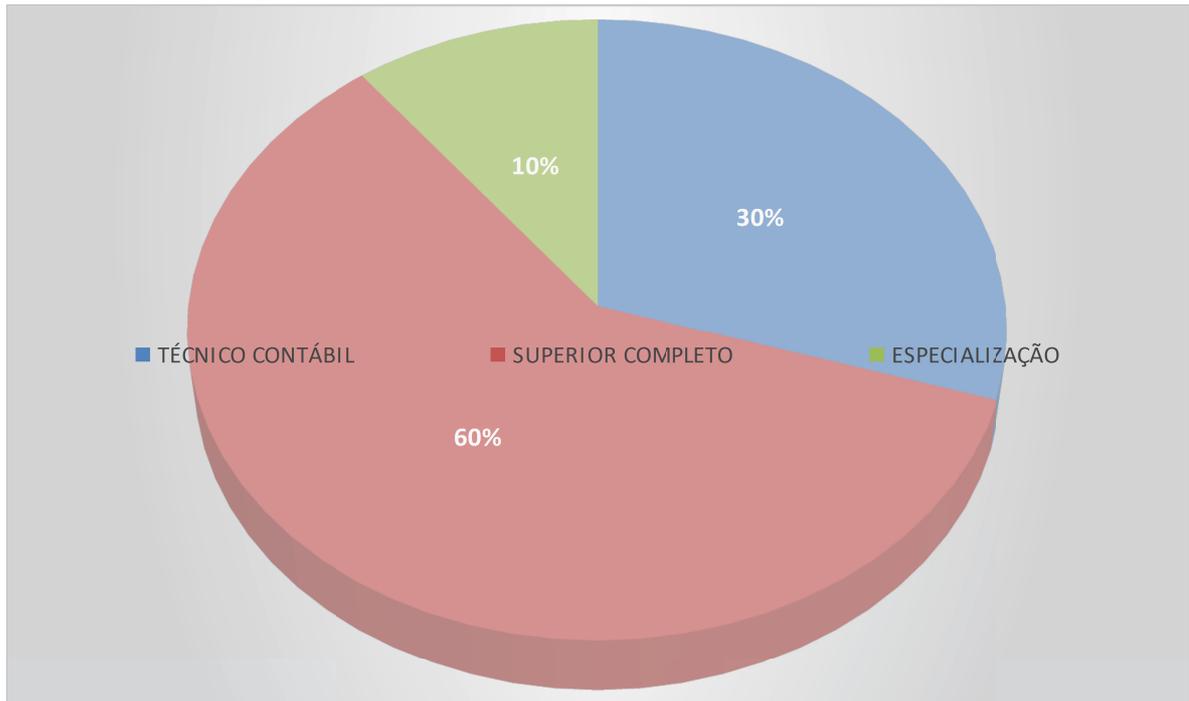


Fonte:Dados da pesquisa 2017

Após realizado análise, foi constatado segundo o gráfico 2 que a maioria (74%) pertencem ao sexo masculino, percentual esse que difere um pouco do divulgado segundo pesquisa do CFC (2014), onde 59% são do gênero masculino. Vale salientar que o sexo masculino prevalece no município em estudo.

Com relação a formação profissional dos respondentes, foi constatado no gráfico3:

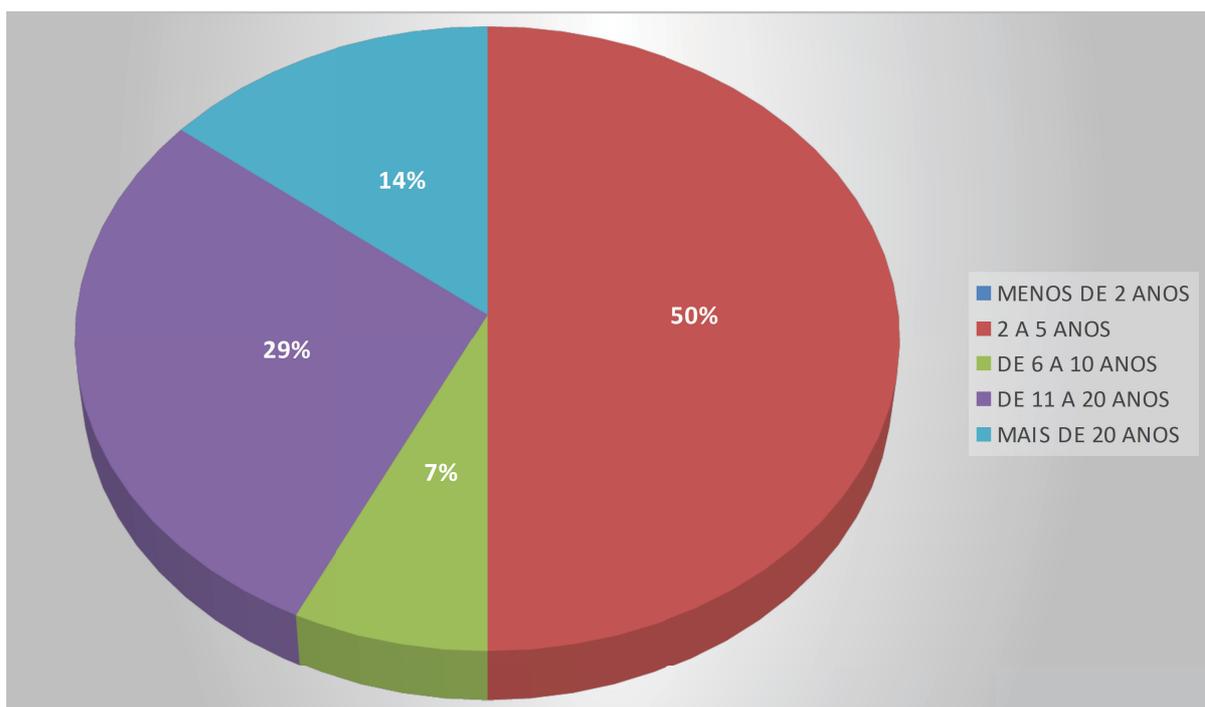
Gráfico 3 – Formação profissional dos respondentes



Fonte:Dados da pesquisa 2017

Que a maioria possuem superior completo, representando 60% da amostra e apenas 30% são técnicos contábeis. Vale salientar que com relação as opções de superior incompleto, mestrado e doutorado não foi possível detectar nenhum respondente. Esse resultado assemelha aos dados obtidos na pesquisa de Pedrosa (2013), onde evidenciou uma relevante representatividade de graduados 52,5%. Quanto a análise do tempo de atuação dos respondentes no mercado, o gráfico 4 demonstrou:

Gráfico 4 – Tempo de atuação no mercado dos respondentes



Fonte:Dados da pesquisa 2017

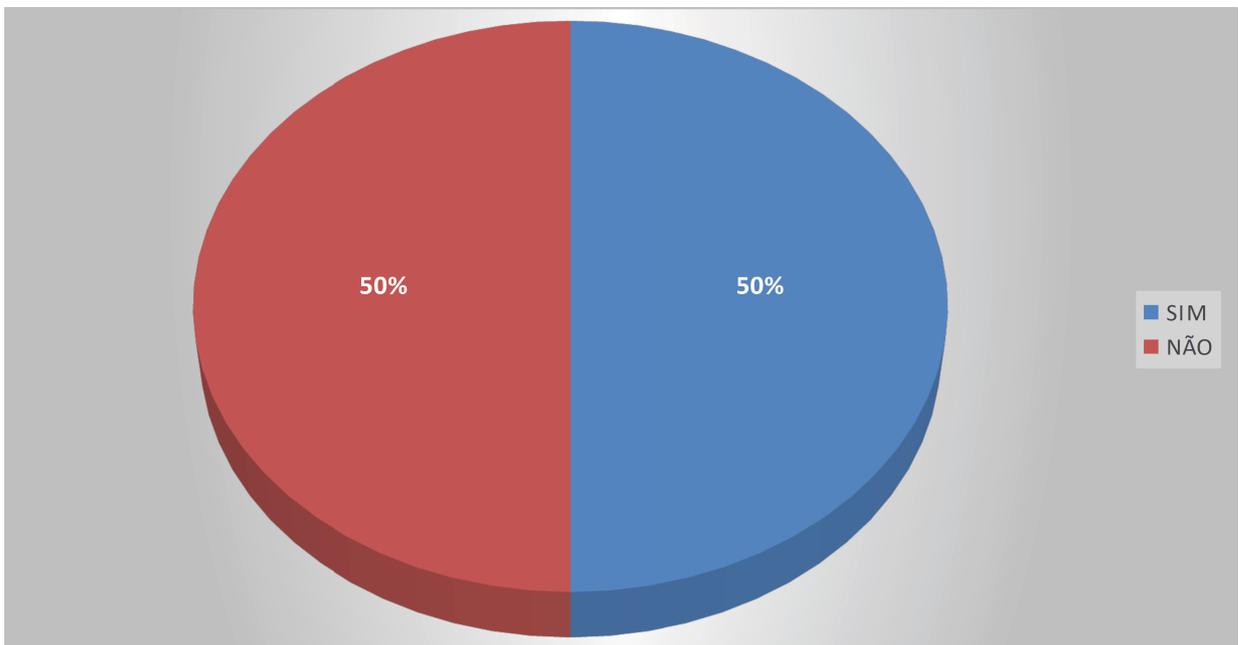
De acordo com gráfico 4 acima, percebeu-se que 57% dos respondentes prestam serviços às empresas do município de Monteiro – PB entre 2 a 10 anos, seguido por 43% que encontram-se acima de 11 anos no mercado.

Ressalta-se um destaque em especial para aqueles profissionais que se encontram no período de atuação entre 2 a 10 anos , pois o curso de Ciências Contábeis do Campus VI da Universidade Estadual da Paraíba presente no próprio município em estudo, completará onze anos de sua existencia em agosto de 2017 e dessa forma vem contribuindo na formação de profissionais atuando na própria região, e assim, ficando evidente a grande extensão criada entre a sociedade e a academia.

4.2 PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES ACERCA DA NBC TG 1000 (R1)

Foi investigado com relação ao conhecimento dos profissionais contábeis acerca da Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1) e assim o gráfico 5 demonstrou:

Gráfico 5 – conhecimento dos respondentes sobre a Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - contabilidade para pequenas e médias empresas

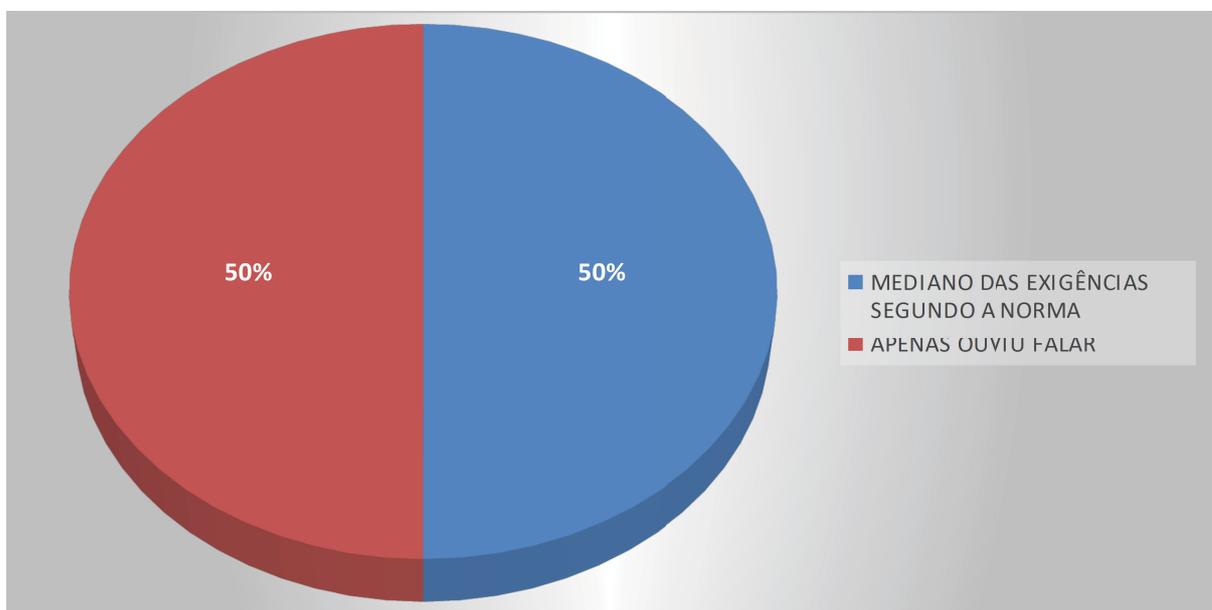


Fonte: Dados da pesquisa 2017

Uma similaridade entre os resultados foi detectada no gráfico 5 acima, onde 50% dos respondentes apresentaram um conhecimento sobre a resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1). Vale salientar que um percentual significativo (50%) desconhece normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

Na análise quanto ao conteúdo que apresenta na NBC TG1000 (R1), o gráfico 6 apresentou que:

Gráfico 6 - Conhecimento dos respondentes sobre o conteúdo da NBC TG 1000(R1)



Fonte:Dados da pesquisa 2017.

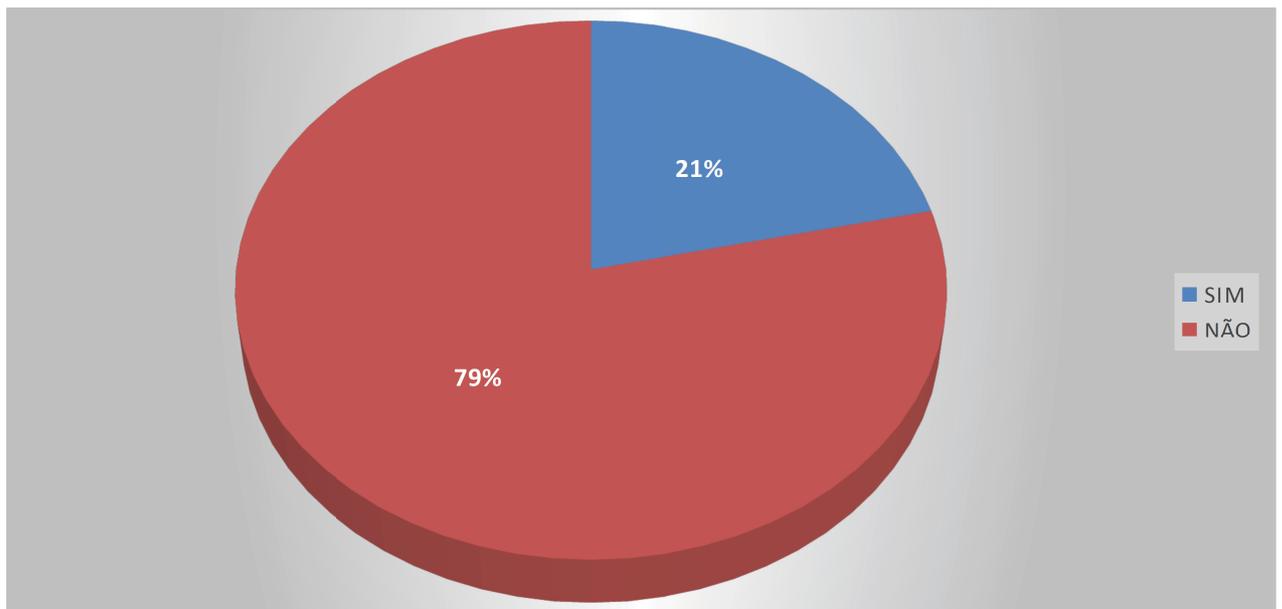
Com relação ao conhecimento por parte dos respondentes quanto ao conteúdo explorado na norma NBC TG 1000(R1), foi possível perceber no gráfico 6 uma igualdade entre os percentuais, ou seja, 50% dos respondentes já ouviram falar na norma e os outros 50% apresentaram um conhecimento mediano quanto as exigências. Destaca-se ainda que tal resultado pode ser comprovado pelos percentuais apresentados no gráfico 5, onde evidenciou que 50% dos respondentes desconhecem a Resolução que aprovou a NBC TG 1000 (R1).

Salienta-se, que tal resultado segue uma tendência observada na pesquisa de Gomides(2016), onde os participantes apresentaram conhecimento parcial, ressaltou que isso

é um motivo preocupante, pois a norma que foi editada através da Resolução nº 1.255/09 com vigência desde 1º de janeiro de 2010, aprovando mudanças significativas na área de Pequenas e Médias Empresas na qual adentra num contexto do processo de convergência da contabilidade brasileira ao modelo internacional iniciado com as empresas de capital aberto ou de grande porte

Quanto a participação em capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma NBC TG 1000(R1), o gráfico 7 abaixo evidenciou que:

Gráfico 7 – Participação em capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma NBC TG 1000(R1)



Fonte:Dados da pesquisa 2017.

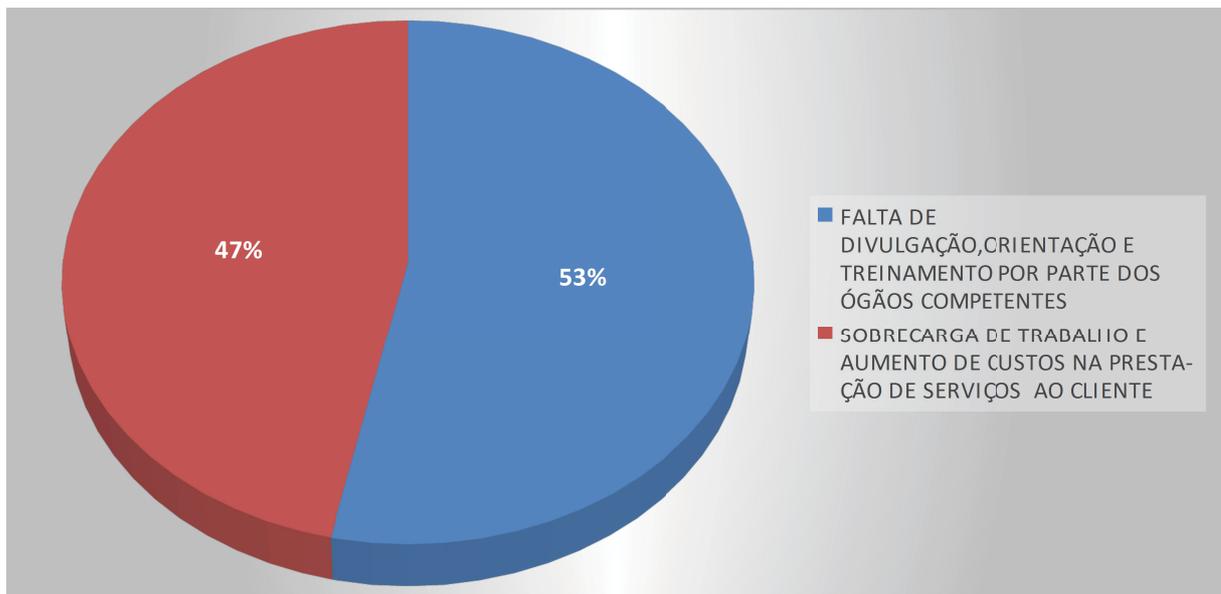
Após realizada a pesquisa, percebeu-se com relação ao gráfico 7 acima, que 79% dos profissionais pesquisados não participam de capacitações voltada para norma NBC TG 1000(R1). Tal resultado pode ser comprovado pelos percentuais evidenciados nos gráficos 5 e 6, onde metade dos respondentes apresentaram ausência de conhecimentos acerca da norma aqui discutida, e conseqüentemente se não buscam a capacitação, treinamentos, entre outros

meios de se manterem informados, tornando-se assim um profissional desatualizado frente a um cenário cada vez mais competitivo.

Entretanto, 21% informaram que participaram visando viabilizar a aplicação correta dessa norma, através de cursos oferecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, palestras e seminários. Portanto, é necessário haver mais esforços dos profissionais contábeis na busca de formação continuada, para se adequarem as exigências em conformidade com a referida norma rumo a correta implementação das práticas internacionais.

No que se refere ao principal obstáculo ligado à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000(R1) foi constatado segundo o gráfico 8:

Gráfico 8 – Principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000(R1)



Fonte:Dados da pesquisa 2017.

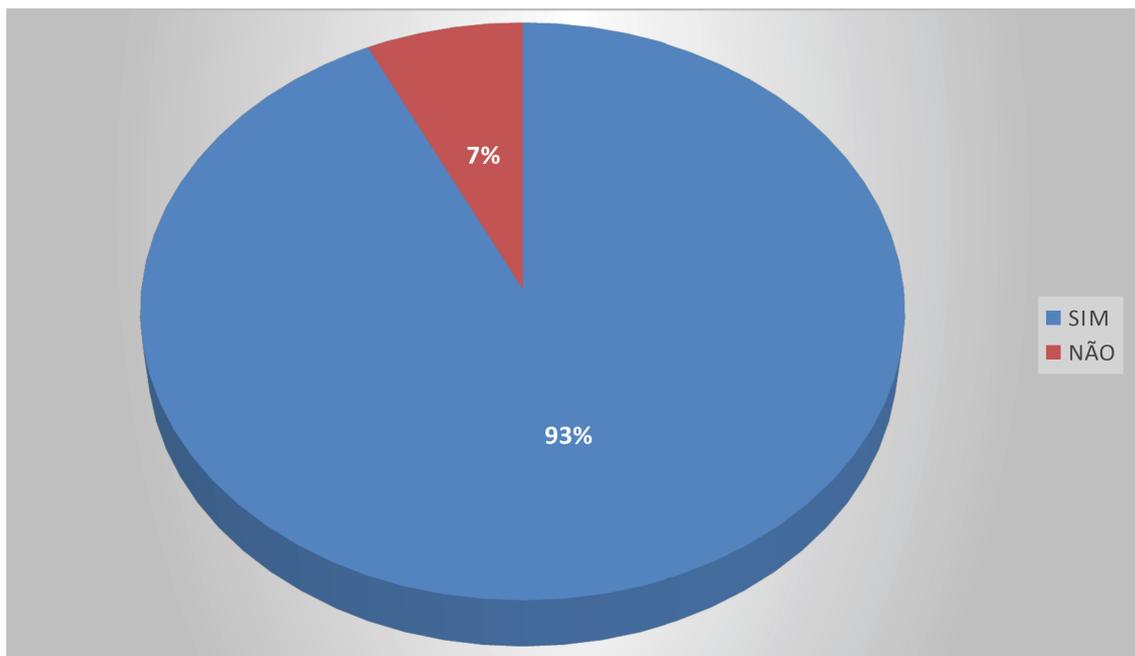
Um percentual muito próximo entre os obstáculos elencados segundo o gráfico 8 foi encontrado, ou seja, 53% dos respondentes apontaram como principal barreira à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000(R1) a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes, e outros 47% estão relacionados a sobrecarga de trabalho e aumento dos custos na prestação de serviço ao cliente.

Nesse sentido, Martins et al.(2013) comentam que é fundamental que os órgão responsáveis pela profissão contábil tenha uma atuação mais efetiva oferecendo cursos,

capacitações e treinamentos, pois o processo de convergência internacional das normas de contabilidade requer profissionais preparados, caso contrário, serão excluídos naturalmente do mercado. Sendo assim, esse caminho de atualização precisa ser aberto e motivado principalmente pelos órgãos competentes.

Na análise da questão quanto aos reflexos positivos no processo de gestão através da NBC TG 1000 (R1), foi detectado de acordo com o gráfico 9:

Gráfico 9- reflexos positivos no processo de gestão através da NBC TG (R1)

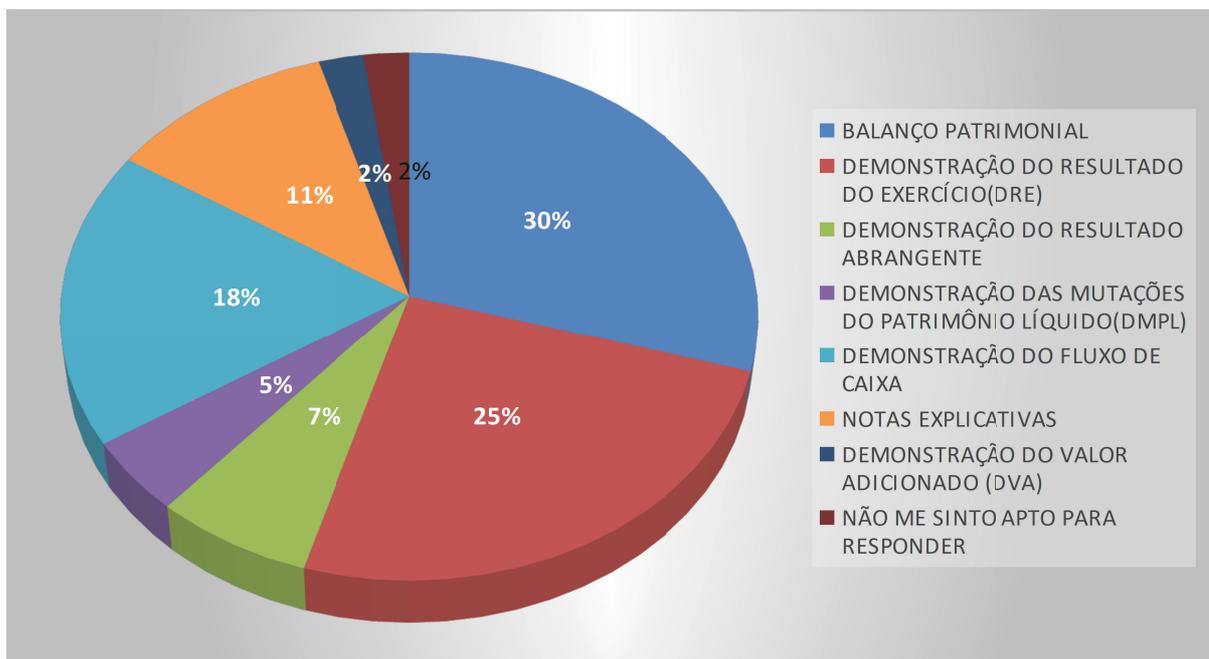


Fonte:Dados da pesquisa 2017

Conforme a percepção dos respondentes ficou evidente que a maioria (93%) segundo o gráfico 9 acreditam que a NBC TG 1000(R1) reflete positivamente no processo de gestão. Ressalta-se que esse resultado é contraditório quando comparado com os gráficos anteriores, onde esses demonstraram um percentual significativo de respondentes que não apresentaram

conhecimentos acerca da implementação da norma NBC TG 1000 (R1), ausência significativa em participações voltadas para capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da referida legislação e ainda apresentaram obstáculos ligados à adequação das exigências da referida norma aplicada as pequenas e médias empresa. Com relação as demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas de acordo com a NBCTG 1000 (R1) o gráfico 10 demonstrou:

Gráfico 10 – Demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas de acordo com a NBC TG 1000 (R1)



Fonte:Dados da pesquisa 2017

Diante os apresentados segundo gráfico 10, foi possível perceber que dentre os demonstrativos contábeis mais utilizados segundo a percepção dos respondentes estão o

Balanço Patrimonial com 30%, a demonstração do resultado com 25% e a demonstração de fluxo de caixa com 18%.

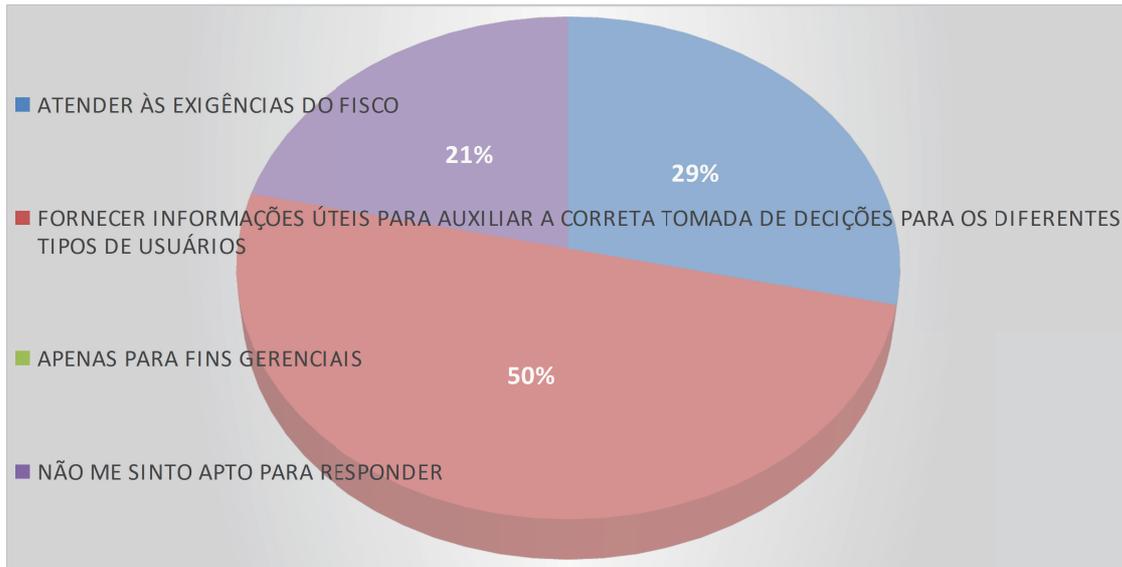
Ressalta-se que segundo a norma NBC TG 1000(R1), as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente) e os fluxos de caixa da entidade. A apresentação adequada exige a representação confiável dos efeitos das transações, outros eventos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas.

Portanto, o conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade segundo a norma NBC TG1000 (R1), deve incluir: o balanço patrimonial ao final do período; demonstração do resultado do período de divulgação; demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido.

A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes; demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação; demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação; notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Como o intuito de identificar objetivo das demonstrações contábeis de acordo com a NBC TG 1000 (R1) o gráfico 11 abaixo destacou:

Gráfico 11 - Objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com a NBC TG 1000(R1)



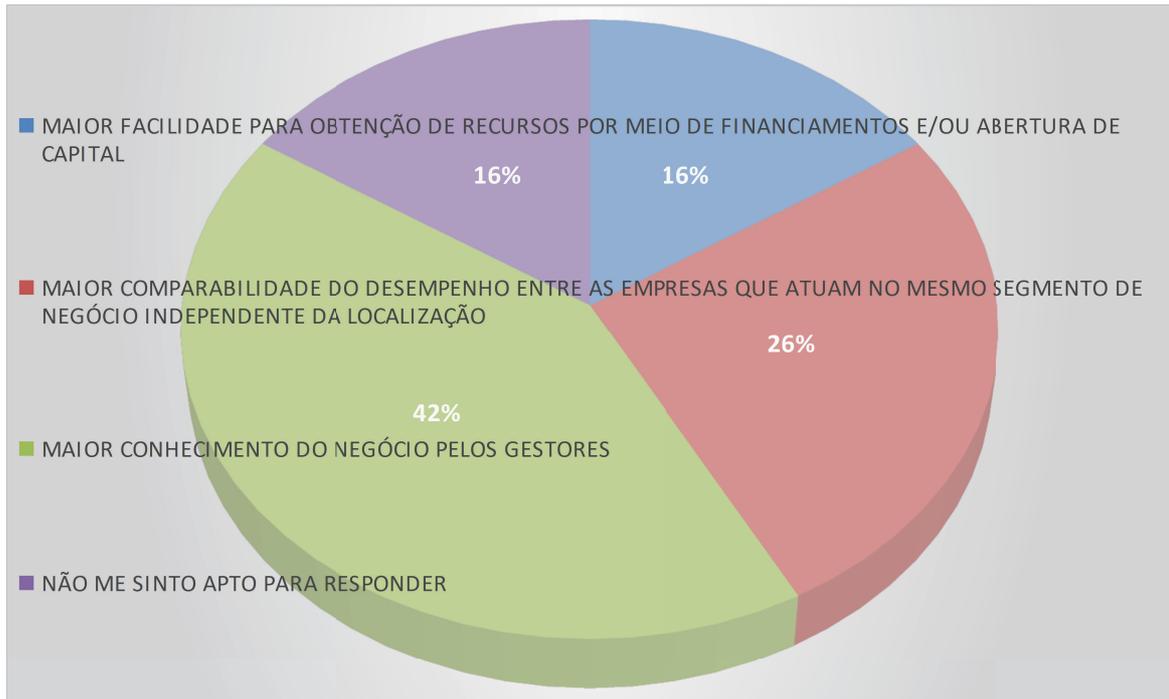
Fonte:Dados da pesquisa 2017

Que segundo a percepção dos respondentes exposta através do gráfico 11 acima, 50% dos respondentes da amostra, têm o entendimento sobre o objetivo das demonstrações contábeis em conformidade com a norma NBC TG 1000 (R1). Entretanto, observou-se que 29% apontaram que esse objetivo está ligado apenas para atendimento às exigências fiscais.

Vale salientar que segundo a NBC TG 1000 (R1), o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira, o desempenho e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Com relação aos benefícios gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção de práticas contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1) o gráfico 12 elencou:

Gráfico 12 – Benefícios gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção de práticas contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1)

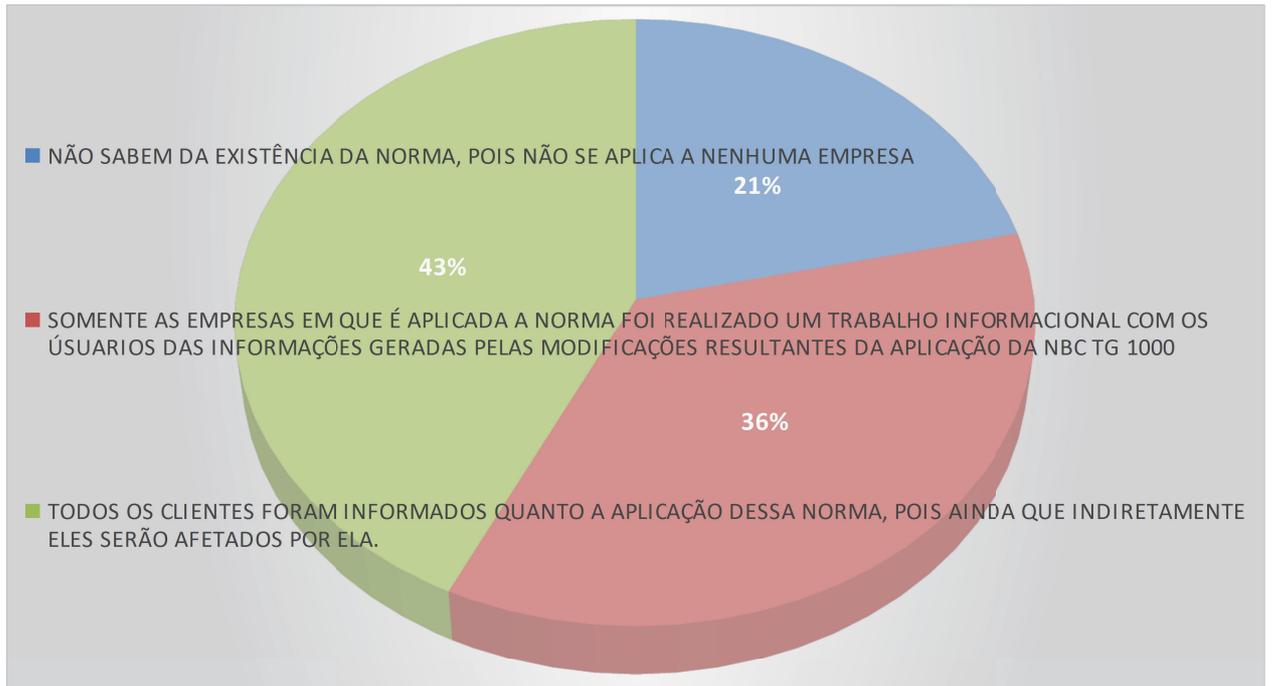


Fonte:Dados da pesquisa 2017.

Que segundo a percepção dos profissionais contábeis do município em estudo, 42% atribuíram um maior conhecimento do negócio com relação aos principais benefícios gerados segundo a NBC TG 1000 (R1), seguido pelo percentual de 26% relacionados maior comparabilidade do desempenho entre as empresas que atuam no mesmo segmento de negócio independentemente da localização e 16% ligados a facilidade para obtenção de recursos por meio de financiamentos e/ou abertura de capital. Fica evidente o grande benefício gerado através da adoção das práticas contábeis em conformidades com NBC TG 1000(R1), onde pode-se observar que mais uma vez esses resultados se tornam contraditórios, uma vez que um percentual significativo de profissionais se mostraram em resultados já demonstrados anteriormente acima, como ausentes em conhecimentos de conteúdo, capacitações e outras questões ligadas a norma em questão.

Na questão ligada a receptividade dos clientes dos escritórios em relação a NBC TG 1000 (R1), o gráfico 13 abaixo apresenta:

Gráfico 13 – receptividade dos clientes dos escritórios em relação a NBC TG 1000 (R1)

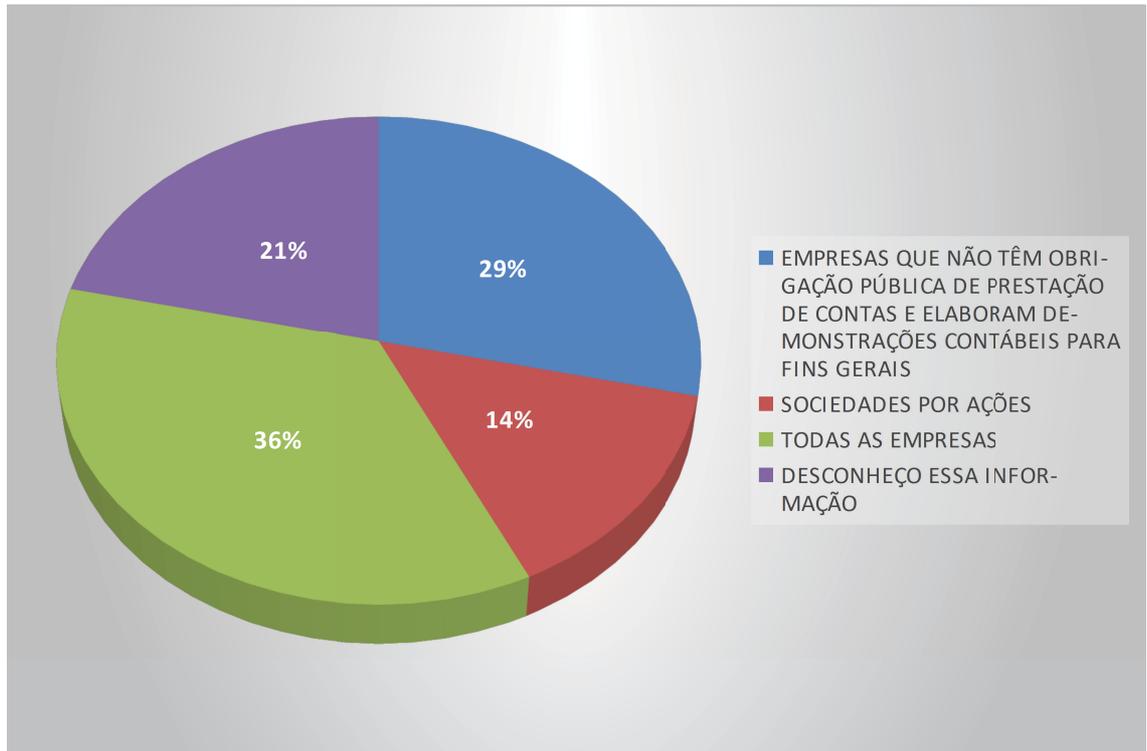


Fonte:Dados da pesquisa 2017.

Na análise do gráfico 13 acima, pode-se verificar de acordo com os respondentes em relação a receptividade dos clientes dos escritórios em relação a NBC TG 1000(R1), que 43% declaram que todos os clientes foram informados quanto a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente eles serão afetados por ela, seguido por 36% ligado apenas para aquelas empresas em que é aplicada a norma e assim foi realizado um trabalho informativo gerado pelas modificações resultantes da aplicação da referida norma e por fim, 21% não sabem da existência da norma, pois não se aplica a nenhuma empresa que o mesmo presta serviço.

Quanto à questão relacionada as empresas abrangidas pelas disposições legais da NBC TG 1000(R1), o gráfico 14 apresenta:

Gráfico 14-empresas abrangidas pelas disposições legais da NBC TG 1000(R1)



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Segundo análise do gráfico 14 acima, observou-se que 36% dos profissionais pesquisados afirmaram que a referida norma abrange todas as empresas, 29% para as empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações para fins gerais e 21% desconhecem a informação.

Ressalta-se para um percentual significativo de profissionais que desconhecem quais empresas são abrangidas segundo a NBC TG 1000 (R1), mostrando-se um fragilidade de conhecimento ligado a legislação específica para as pequenas e médias empresas, pois segundo a referida norma, devem se enquadrar na Seção 1 do item 1.2 descrito na referida Resolução empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos, onde esses incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.(NBC TG 1000 R1).

Dessa forma, mais uma vez fica evidente a falta de conhecimentos dos profissionais com a legislação que trata as Pequenas e Médias empresas, pois diante de vários resultados já

apresentados anteriormente esses se mostraram ausentes em questões presentes na norma NBC TG 1000 (R1).

Vale salientar, que a Resolução CFC 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1), emite suas normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e o uso dessas normas em demonstrações contábeis para fins gerais no Brasil e outros relatórios financeiros, onde esses, compreendem informações fornecidas fora das demonstrações contábeis que auxiliam na interpretação do conjunto completo de demonstrações contábeis ou melhoram a capacidade do usuário de tomar decisões econômicas eficientes (NBC TG 1000 R1).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo identificar a percepção dos contadores da cidade de Monteiro/PB sobre a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e os seus potenciais reflexos no processo de gestão.

Realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema em questão como: Convergência das normas contábeis ao padrão internacional, NBC TG 1000 (R1) e por fim abordou-se também sobre as Pequenas e Médias empresas.

Com a finalidade de atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento por meio de um questionário estruturado aplicado aos profissionais do município em estudo.

Após realizado a pesquisa, foi possível identificar um percentual significativo de profissionais que desconhece normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e ainda foi detectado o mesmo percentual com relação ao conhecimento do conteúdo que a norma apresenta, percentuais esses preocupantes, pois a norma foi editada através da Resolução nº 1.255/09 com vigência desde 1º de janeiro de 2010, aprovando mudanças expressivas na área de Pequenas e Médias Empresas na qual adentra num contexto do processo de convergência da contabilidade brasileira ao modelo internacional iniciado com as empresas de capital aberto ou de grande porte. Ressalta-se que esses valores podem ser justificados pela grande maioria dos profissionais pesquisados não participarem de capacitações voltada para a referida norma, e conseqüentemente, tornando-se assim um profissional desatualizado frente a um cenário cada vez mais competitivo.

Observou-se ainda, segundo respondentes que a principal barreira à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000(R1) a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes.

Destaca-se também um resultado contraditório, pois a maioria dos respondentes afirmaram reflexos positivos no processo de gestão adquirido através da norma NBC TG 1000 (R1), no entanto como já mencionado acima os mesmos em sua maior parte desconhecem à adequação das exigências da referida norma aplicada as pequenas e médias empresa.

Chama-se atenção também para as demonstrações contábeis exigidas segundo a referida norma, onde a maioria utilizam um conjunto incompleto, ou seja, utilizam apenas o balanço patrimonial, demonstração de resultado e a demonstração de fluxo de caixa. E ainda com relação aos objetivos dessas demonstrações, como pode-se esperar apenas metade dos

respondentes tem a percepção correta sobre o objetivo das demonstrações contábeis em conformidade com a norma NBC TG 1000 (R1) e ainda foi possível perceber que alguns ainda apresentaram um conhecimento ligado apenas às exigências fiscais.

Com relação aos benefícios gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção de práticas contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1), percebeu-se também um resultado contraditório, onde a maioria dos respondentes afirmaram que adquiriram um maior conhecimento do negócio.

Por fim percebeu-se, um percentual significativo de profissionais que desconhecem quais empresas são abrangidas segundo a NBC TG 1000 (R1), mostrando-se uma fragilidade de conhecimento ligado a legislação específica para as pequenas e médias empresas de maneira geral.

Como futuras pesquisas, sugere-se realizar outros estudos que contemplem maior abrangência da amostra em diferentes cidades, de maneira a verificar a percepção dos profissionais contábeis com relação a aplicabilidade dos procedimentos exigidos pela NBC TG 1000(R1) e desse modo divulgando e incentivando a sua adoção, haja visto que o processo de convergência das normas internacionais abrange esses profissionais em todo o país. Recomenda-se ainda, que sejam realizados estudos que proporcionem aos órgãos competentes, contribuições efetivas para serem aplicadas quando as normas forem revisadas.

Algumas limitações foram encontradas na pesquisa, como as dificuldades colocadas por alguns profissionais para responder ao questionário, onde alegavam falta de disponibilidade de horário em virtude de sobre carga de trabalho, ressalta-se ainda, segundo alguns profissionais que seria perda de tempo e impedindo assim ganhos nas suas atividades desenvolvidas e alguns problemas de localização para encontrar esses profissionais no município em estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. L.; MIRANDA, L. C.; DE MEIRA, J. M.; CALLADO, A.L.C. *Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas*. In: XIX Congresso de iniciação científica da UFPE, 08, 2013. Rio de Janeiro. ANAIS...Rio de Janeiro: 2013.

BEUREN, I. M..*Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática* – 3. ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

BERTÃO, Naiara. IFRS bate à porta das pequenas e médias empresas. *Ibef News*, Porto Alegre, v. 144, p. 34-42, jun. 2010.

COUTINHO, S. C.; COUTINHO E SILVA, A. H. (2013). Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil. Artigo científico. Rio de Janeiro, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). 2014. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=13912> . Acesso em: 20 fev. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico PME (R1) – contabilidade para pequenas e médias empresas. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2016.

DELOITTE. Exame: AS PMES QUE MAIS CRESCEM NO BRASIL– 2016. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/strategy/articles/pmes.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. *IFRS para PME ao seu alcance*– 2013/2014. Disponível em: <
http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRSPME_2013.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

DE SOUSA, L. R. B. (2015). *A Institucionalização do CPC PME nas empresas contábeis e sua utilidade para as empresas. (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.*

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTI, M. Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. REVISTA

BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, Brasília, v. 186, p. 7-23, nov./dez. 2010.

GOMIDES, N. (2016). *NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: ADERÊNCIA DOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS PERANTE O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS ITG 1000 E NBC TG 1000*. Dissertação (mestrado em administração) – Fundação Pedro Leopoldo, 2016.

GOMIDES, N.; RAMALHO, W.; NETO, J. A. S. (2016). Normas Internacionais de Contabilidade: Aderência dos escritórios contábeis perante o processo de convergência às normas ITG 1000 e NBC TG 1000. Artigo científico. Anais... CONGRESSO V SINGEP, São Paulo 2016.

GRANHA, M. A. (2014). *Adoção na NBC TG 1000: Contabilidade para pequenas e médias empresas: um estudo nas empresas de serviços contábeis de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da Contabilidade*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HELMER, J. H. M. (2016). Percepção do profissional contábil diante da implantação da NBC TG 1000 às pequenas e microempresas. Artigo científico (bacharel em ciências contábeis) – Universidade Federal de Rondônia. Cacoal/RO, 2016.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. *Contabilidade internacional para graduação*– Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Orleans Silva; CUNHA, Amanda Santos Lima da; GARCIA, Inajá Allane Santos. Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba. *ReCont: Registro Contábil –Ufal –Maceió/AL*, Vol. 4, Nº 3 , p. 19-38, set./dez. 2013.

MENEZES, D. F.; MORAIS, J. R.; CARVALHO, J. R. M. Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB In: XXXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. ANAIS... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2013.

MENEZES, F. D.; LUZ, J. R. M; CARVALHO, J. R. M; CAVALCANTE, P. R. N. O processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande, PB. *ReCont: Registro Contábil*– Ufal – Maceió/AL, v. 5, n. 2, p.1-20, mai/ago – 2014.

NBC TG 1000- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf). Acesso em: 10 dez. 2016.

NEVES, D. R.; LORANDI, L. A. NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina. IN: 5º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO

CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2014, Florianópolis. ANAIS...Florianópolis: CONGRESSO UFSC, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional. Editora Atlas. São Paulo, 2008.

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS –Bradesco RI Disponível em:<https://www.google.com.br/search?q=relatorio+de+analise+financeiro&oq=relat&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.8175j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF8#q=normas+internacionais+de+contabilidade+relatorio+de+analise+economico+e+financeiro+2008+pdf&>. Acesso em: 5 dez fev. 2016.

SANTA, S. L. B.; LAFFIN, M. Benefícios para as Pequenas e Médias Empresas com as Mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. REVISTA DE CONTABILIDADE DA UFBA, UFBA, Salvador, v. 6, n. 1, p. 20-22, jan-abril, 2012.

SANTA, S. L. B. (2012). Benefícios na gestão de Pequenas e Médias Empresas nas normas brasileira de contabilidade. Monografia(bacharel em ciências contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SCHMIDT, P; DOS SANTOS, J, L; FERNANDES, L, A. *Contabilidade internacional avançada*– combinações de negócios, demonstrações financeiras, equivalência patrimonial: contempla as normas brasileiras, nacionais e norte – americanas de contabilidade atualizadas pelo IFRS 3 e SFAS nº 142.São Paulo: Atlas,2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. (2014). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Disponível em:<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SILVA, A. C. Ribeiro da. *Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade*:orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias. Dissertações, teses. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

PEDROZA, J. K. B. R. (2013) IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item. Dissertação(Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Pernambuco. São Paulo, 2013.

POMPILIO, J. C. A.; DE SOUSA, C. A.; DALFIOR, V. A. O. (2016) NBC TG 1000 – Estudos sobre as convergências das normas com ênfase na análise dos procedimentos contábeis para pequenas e médias empresas – Estudo de caso: Nutrium indústria LTDA. Artigo científico. Anais... CONGRESSO SEGeT, 2016.

SEBRAE/SP – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2010. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf Acesso em: 10 jun. 2016.

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – PROFISSIONAL CONTÁBIL

- a) Palestras e seminários
- b) Audiências públicas
- c) cursos oferecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade
- d) Nenhum meio de capacitação sobre a NBC TG 1000(R1)

9) Qual o principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000(R1)?

- a) Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes
- b) Sobrecarga de trabalho e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente
- c) Falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma
- d) Falta de estrutura dos escritórios de contabilidade
- e) Outros. Quais? _____

10) Em sua opinião, a NBC TG 1000(R1) reflete positivamente no processo de gestão?

- Sim Não

11) Quais as Demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas de acordo com a NBC TG 1000? (Possibilidade de marcar mais de uma opção) OPÇÕES

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstrações do Resultado do Exercício(DRE)
- c) Demonstração do Resultado Abrangente(DRA)
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido(DMPL)
- e) Demonstração do Fluxo de Caixa
- f) Notas Explicativas
- g) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- h) Não me sinto apto(a) para responder

12) Qual objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com a NBC TG 1000 (R1)?

- a) Atender às exigências do Fisco.
- b) Fornecer informações úteis para auxiliar a correta tomada de decisões para os diferentes tipos de usuários
- c) Apenas para fins gerenciais
- d) Não me sinto apto(a) para responder

13) Quais Benefícios você considera, que podem ser gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção de práticas contábeis em conformidade com aNBC TG 1000 (R1) ou CPC PME?(Possibilidade de marcar mais de uma opção).

- a) Maior facilidade na obtenção de recursos por meio de financiamentos e/ou abertura de capital
- b) Maior comparabilidade do desempenho entre as empresas que atuam no mesmo segmento de negócio independentemente da localização
- c) Maior conhecimento do negócio pelos gestores das entidades
- d) Não identifico, pois entendo que a adoção das práticas contábeis em consonância com as normas internacionais só

beneficiarão as empresas de grande porte enquadradas pela Lei nº 11.638/2007e) () Não me sinto apto(a) para responder

14) . Como encontra-se a receptividade dos clientes do escritório em relação a NBC TG 1000(R1)?

- a)() Não sabem da existência da norma, pois não se aplica a nenhuma empresa.
- b)() Somente as empresas em que é aplicada a norma foi realizado um trabalho informacional com os usuários das informações geradas pelas modificações resultantes da aplicação da NBC TG 1000.
- c)() Todos os clientes foram informados quando a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente eles serão afetados por elas.
- d)() Outra. Descreva. _____

15)Em sua opinião, conforme o conhecimento obtido acerca da NBC TG 1000 (R1), quais são as empresas abrangidas pelas disposições legais dessa norma contábil?

- a)() Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais.
- b)() Sociedades por ações.
- c)() Todas as Empresas.
- d)() Desconheço essa informação.